



Relatório de Autoavaliação Institucional

Abril, 2011

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Auto Avaliação foi desenvolvido de forma conjunta pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela Coordenação de Avaliação da DAP-PROPLAN. Nesta fase em que se apresenta, ele tem dois objetivos principais: realizar análise da evolução de diferentes indicadores que exprimem o desempenho da UFPE em suas diferentes áreas de atuação, e divulgar com a comunidade universitária este desempenho e análise. A partir desta divulgação e discussão será elaborado um relatório final. Devido à sua forte característica de diagnose situacional, acreditamos ser este um documento importante na elaboração do planejamento institucional, seja ele de longo prazo (planejamento estratégico), seja ele de curtíssimo prazo (plano de ação anual).

Trata-se de um documento em fase de construção no que se refere ao seu formato ideal, de maneira que esperamos receber contribuições e críticas que venham a melhorá-lo e torná-lo mais orgânico, mais UFPE.

Seguindo a estruturação orientada pelo SINAES, o relatório está dividido em capítulos, que correspondem às dimensões da auto-avaliação institucional, a saber: missão e plano de desenvolvimento institucional; política de ensino, pesquisa e extensão; responsabilidade social; comunicação com a sociedade; política de pessoal; organização e gestão; política de infraestrutura; planejamento e avaliação; política de atendimento ao estudante; e sustentabilidade financeira.

COMISSÃO COORDENADORA CPA

Junot Cornélio de Matos
Coordenador da CPA (Campus Recife)
Maria Zélia de Santana
Vice Coordenador da CPA (Campus Vitória)
Anna Rita Sartora
Membro (Campus Caruaru)

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Andrea Sales Soares de Azevedo Melo
Diretora de Avaliação Institucional e
Planejamento
Cláudia Regina Oliveira de Paiva Lima
Coordenadora de Avaliação Institucional
Maria Cristina Falcão Raposo
Coordenadora de Informações Gerenciais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	11
3. A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO	15
3.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO	16
3.2 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	27
3.3 PESQUISA	33
3.4 EXTENSÃO	34
3.5 INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO	36
3.6 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	37
4. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	38
4.1 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO EM NÍVEL REGIONAL E NACIONAL	38
4.2 NATUREZA DAS RELAÇÕES COM OS SETORES PÚBLICO, PRODUTIVO, MERCADO DE TRABALHO, E COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCATIVAS DE TODOS OS NÍVEIS	39
4.3 CRITÉRIOS ADOTADOS PARA AMPLIAR O ACESSO, INCLUSIVE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	43
4.4 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	45
5. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	46
5.1 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	46
5.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS	47
5.3 QUALIDADE DA COMUNICAÇÃO	50
5.4 IMAGEM DA INSTITUIÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	51
5.5 OUVIDORIA INSTITUCIONAL	54
6. POLÍTICA DE PESSOAL.....	56
6.1 PLANOS DE CARREIRA: CRITÉRIOS E REGULAMENTAÇÃO	56
6.2 PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	57
6.3 RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE ESTUDANTES DOS CURSOS E OS RECURSOS HUMANOS EXISTENTES	59

6.4 MECANISMOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	60
7. GESTÃO INSTITUCIONAL	61
7.1 MODELO DE GESTÃO	61
7.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	61
8. INFRA-ESTRUTURA.....	66
9. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	68
9.1 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	69
10. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	71
10.1 POLÍTICAS DE SELEÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UFPE.....	71
10.2 POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	72
10.3 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO	72
10.4 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	72
10.5 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	73
10.6 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	74

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- TABELA 3.1 - IGC UFPE - 2007 A 2009
- TABELA 3.2 - QUANTIDADE DE CURSOS E VAGAS OFERTADAS NO VESTIBULAR, POR CAMPI, 2003-2010
- TABELA 3.3 - PROPORÇÃO DE CURRÍCULOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPE ATUALIZADOS POR ANO DO ENADE - 2006 A 2008
- TABELA 3.4 - SITUAÇÕES DE HISTÓRICO PARA O SEMESTRE LETIVO 2006.2 - 2010.2
- TABELA 3.5 - NÚMERO DE CURSOS POR CONCEITO ENADE - 2004 A 2009
- TABELA 3.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AVALIADOS, SEGUNDO O CPC, 2006 A 2009- UFPE
- TABELA 3.7 - PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O PLANO DE ENSINO NA UFPE - ENADE 2006 A 2008
- TABELA 3.8 - QUANTIDADE DE BOLSAS POR TIPO, PARA ALUNOS DA UFPE - 2005 A 2010
- TABELA 3.9 - NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO E PROFISSIONAL E DOUTORADO, DE ALUNOS MATRICULADOS E DE TITULADOS - 2005 A 2010
- TABELA 3.10 - QUANTIDADE DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFPE - 2005 A 2010
- TABELA 4.1 - Nº DE PROJETOS EXTENSIONISTAS DA UFPE, SUBMETIDOS E APROVADOS - 2005 A 2010
- TABELA 4.2 - AÇÕES REGISTRADAS NA PROEXT - 2005 A 2010
- TABELA 4.3 - AÇÕES REALIZADAS PELA INSTITUIÇÃO COM O OBJETIVO DE ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA UNIVERSIDADE
- TABELA 4.4 - NÚMERO DE BOLSAS EXTENSIONISTAS POR TIPO E RECURSO - 2003 A 2010
- TABELA 6.1 - NÚMERO DE ALUNOS E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS POR DOCENTE - 2003 A 2010
- TABELA 10.1 - VALOR TOTAL CONCEDIDO POR TIPO DE BOLSA - 2004 A 2010 (R\$ 1.000,00)

LISTA DE FIGURAS

- GRÁFICO 2.1 - NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES DA UFPE - 2003 A 2010
- GRÁFICO 3.1 - IGC CONTÍNUO PARA AS 10 MAIORES UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
- GRÁFICO 3.2 - PROPORÇÃO DE ALUNOS QUE CONSIDERA OS CURRÍCULOS INTEGRADOS ENTRE OS CURSOS DA UFPE - RESPOSTA AOS QUESTIONÁRIOS DOS ENADES 2006 A 2008
- GRÁFICO 3.3 - PERCENTUAL DE REPROVAÇÕES EM DISCIPLINAS DOS CURSOS DA ÁREA DE EXATAS NA UFPE- 2007 A 2010
- GRÁFICO 3.4- PERCENTUAL DE REPROVAÇÕES EM DISCIPLINAS DE TODOS OS CURSOS DA UFPE- 2007 A 2010
- GRÁFICO 3.5 - NÚMERO DE CURSOS POR CONCEITO CAPES - 2004, 2007 E 2010
- GRÁFICO 3.6 - NÚMERO DE ALUNOS VINCULADOS AOS PROGRAMAS - 2003 A 2010
- GRÁFICO 3.7 - NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NOS PROGRAMAS DA UFPE - 2004 A 2010
- GRÁFICO 3.8 - NÚMERO DE PROFESSORES VISITANTES DA UFPE - 2005 A 2010
- GRÁFICO 3.9 - QUANTIDADE DE ALUNOS NO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - UFPE 2005 A 2010
- GRÁFICO 5.1 - MOTIVAÇÃO DA MÍDIA PELAS INFORMAÇÕES DA UFPE - 2010
- GRÁFICO 5.2 - PROPORÇÃO DO NÚMERO INFORMAÇÕES DA UFPE PELA MÍDIA EM 2010
- GRÁFICO 5.3 - CONOTAÇÃO DAS MATÉRIAS DA UFPE VEICULADAS PELA IMPRENSA EM 2010
- GRÁFICO 5.4 - PROPORÇÃO DA CONOTAÇÃO DAS MATÉRIAS DA UFPE VEICULADAS PELA IMPRENSA EM 2010
- GRÁFICO 6.1 - NÚMERO DE SERVIDORES DA UFPE CAPACITADOS - 2004 A 2010
- GRÁFICO 6.2 - DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PAGOS AOS SERVIDORES DA UFPE ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2009

LISTA DE SIGLAS

APCN - Aplicativo para Propostas de Cursos Novos
ASCOM - Assessoria de Comunicação
BAA - Bolsa de Apoio Acadêmico
BAE - Bolsa de Auxílio ao Ensino
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIA - Bolsa de Incentivo Acadêmico
BID - Bolsa de Iniciação à Docência
BMO - Bolsa de Monitoria
BR - Brasil
CA - Categoria Acadêmica
CAC - Centro de Artes e Comunicação
CADI - Cadastros de Disciplinas
CAI - Coordenação de Avaliação Institucional
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES/MEC - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCEPE - Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CDC - Coordenação de Desenvolvimento Cultural
CDS - Coordenadoria de Desenvolvimento Social
CE - Centro de Educação
CECINE - Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste
CFC - Coordenação de Formação Contínua
CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CIN - Centro de Informática
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONIC - Congresso de Iniciação Científica
COVEST - Comissão de Vestibular da Universidade Federal de Pernambuco
CP - Câmara de Pesquisa
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPC - Conceito Preliminar de Curso



CPG - Câmara de Pós-Graduação
CPG/PROF - Comissão de Planejamento e Gerência do Programa de Fomento de Pós-Graduação
CPPG - Câmaras de Pesquisa e Pós-Graduação
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CTA - Comissões Temáticas de Avaliação
CTG - Centro de Tecnologias e Geociências
CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte
DAE - Diretoria de Assuntos Estudantis
DAP - Diretoria de Avaliação e Planejamento
DCA - Departamento de Controle Acadêmico
DDE - Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
DEC - Departamento de Cultura
DEX - Departamento de Extensão
DINE - Diretoria de Inovação e Empreendedorismo
DPG - Diretoria de Pós-Graduação
DPQ - Diretoria de Pesquisas
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FACEPE - Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão
FADE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
IAC - Instituto de Arte Contemporânea
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
MM - Memorial de Medicina
MSA - Middle States Association of Colleges and Schools, dos Estados Unidos
NAI - Núcleo de Atenção ao Idoso
NASC - Núcleo de Atenção a Saúde Comunitária
NE - Nordeste
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUPEP - Núcleo de Pesquisa e Ensino em Educação Popular
OA - Organização Acadêmica
ONG - Organização Não-Governamental
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PE - Pernambuco
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PET - Programa Especial de Treinamento
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPA - Plano Plurianual de Atividades



PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PPG - Programa de Pós-Graduação
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PROACAD - Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROF/CAPES - Programa de Fomento à Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PRONERA - Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária
PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
PUCRSE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Instituições Federais de Ensino Superior
SIG@ - Sistema de Informação e Gestão Acadêmica
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TIC - Tecnologias de Informação e de Comunicação
TVU - TV Universitária
UAV - Unidades de Avaliação
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UnATI - Universidade Aberta à Terceira Idade
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (em inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Pernambuco tem sido pioneira na área de avaliação institucional, por acreditar ser a avaliação um instrumento indispensável para a gestão. A avaliação institucional subsidia o planejamento da instituição e/ou sua reorientação, e isto a partir de informações construídas e criticadas de forma coletiva. As ações neste sentido têm acontecido desde os primórdios dos anos 1980, quando foram elaboradas diretrizes para a avaliação dos professores colaboradores e aprovadas resoluções para progressão, as quais requeriam avaliação do desempenho. De lá para cá, algumas iniciativas merecem destaque.

Em 1992 iniciou-se na Universidade um processo de avaliação dos cursos de graduação, integrando-se ao PAIUB em 1993. Neste momento foram realizadas avaliações interna e externa de todos os cursos de graduação. Os resultados das avaliações foram discutidos com os Centros Acadêmicos e algumas ações foram implementadas para corrigir as principais dificuldades identificadas pelo processo, a exemplo da mudança do processo seletivo, a questão da transferência de alunos para o turno da noite e a reforma curricular das licenciaturas de matemática, física, química e biologia.

Em 1994 a UFPE intensificou um intercâmbio já existente com universidades européias, data em que se iniciava também o programa de avaliação de qualidade do CRE, a Associação das Universidades Européias. Neste contexto, em 1996 a UFPE encaminhou ao CRE uma solicitação de avaliação da instituição; esta seria a primeira avaliação a ser realizada fora da Europa por eles, a qual aconteceu em abril de 1997 com entrega do relatório em fevereiro de 1998. A Comissão Européia trabalhou em Pernambuco com o apoio de uma Comissão de Avaliação interna, formada por representantes de todos os Centros Acadêmicos, que auxiliou na construção do diagnóstico. Em 2000 a UFPE recebeu uma UFPE de avaliação americana, que retornou em 2002 para o “follow up”.

Das avaliações externas citadas resultaram recomendações importantes para a melhoria da Instituição, sendo que uma delas foi a de engajamento da comunidade acadêmica nos processos de avaliação posteriores. A existência desta recomendação revela o fato de que, apesar de existirem na Universidade momentos de avaliação relativamente antigos, não existe na UFPE uma cultura avaliativa, de amplo entendimento e intensa participação. Revela, assim, a existência de um ambiente pouco preparado e algumas vezes hostil à avaliação de uma forma geral. A hostilidade se baseia no receio de que a utilização dos resultados desta avaliação seja punitiva. Estes fatores têm dificultado uma discussão mais ampla com a comunidade.

No final de 2004 foi criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPE, em cumprimento à Lei do SINAES. Este CPA, também formada por representantes de todos os Centros Acadêmicos, tomou por decisão dar continuidade às práticas avaliativas anteriormente instaladas. A primeira Comissão nomeada teve um mandato de 4 anos e produziu os dois primeiros relatórios (2006 e 2008). Foi substituída em dezembro de 2008 por uma nova Comissão, que exerceu mandato nos anos de 2009 e 2010 e produziu o Relatório de 2009. Em 1º de março de 2011 uma nova Comissão foi nomeada por Portaria, mas já desde dezembro de 2010 se reunia e trabalhava junto à Diretoria de Avaliação e Planejamento para efeito de tomada dos trabalhos e de execução deste Relatório.

2. A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1.1 MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A missão e os objetivos institucionais da UFPE estão claramente definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009-2013).

Missão: promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Objetivos em termos de atividades fins:

1. Promover a formação básica e especializada, garantindo o acesso ao conhecimento humano contextualizado e a sua construção, propiciando a articulação entre teoria e prática reflexiva através de situações problema, a criatividade e a formação de competências e habilidades, preparando pessoas reflexivas, capacitadas ao trabalho interdisciplinar e coletivo.
2. Desenvolver pesquisa de qualidade, através da qualificação e implantação de grupos de excelência, buscando um equilíbrio entre a pesquisa básica e aplicada, intensificando as possibilidades de pesquisa multidisciplinar, incentivando a cooperação nacional e internacional, e explorando oportunidades de contribuir para o entendimento científico e humanístico, avanços tecnológicos e criação artística.
3. Criar condições para a formação profissional superior com cidadania, para que a transferência e a difusão do conhecimento ocorram através do engajamento qualificado da comunidade interna em ações de extensão, necessária ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

Objetivos em termos de atividades meio:

4. Desenvolver e implementar modelos de gestão integrados, eficientes e eficazes, para a melhoria da qualidade das atividades fins e meio, de forma comparável às melhores universidades, respeitada as especificidades e complexidades.
5. Ampliar e diversificar as fontes de financiamento institucional.
6. Dispor de uma infra-estrutura atualizada e de qualidade, que possibilite o desenvolvimento das atividades fins compatíveis com a missão institucional.
7. Promover a melhoria e a interação nos processos de ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, através do uso de tecnologia da informação.
8. Contribuir para a modernização econômica e o desenvolvimento sustentável dos municípios do estado de Pernambuco, difundindo a produção do conhecimento, dos processos e produtos elaborados na UFPE.
9. Direcionar as atividades centrais da UFPE aos problemas, perspectivas e oportunidades da Região.

10. Ampliar e diversificar a cooperação técnico-científica e cultural, com universidades de reconhecido valor em todo o mundo.
11. Promover o desenvolvimento humano da Comunidade Universitária (alunos, professores, técnico-administrativos, ex-alunos, ex-professores e ex-técnico-administrativos) através de preceitos democráticos, humanistas e igualitários, norteados pelo pressuposto da total transparência da gestão e das decisões institucionais da UFPE.

2.1.2 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PDI

- 1) Período de Referência: 2009-2013
- 2) Responsabilidade: Diretoria de Avaliação e Planejamento/PROPLAN
- 3) Referências conceituais: visão acerca da educação superior expressa pela UNESCO e pela política nacional brasileira.
- 4) Responsabilidade social: papel educativo e de inovação tecnológica.
- 5) Metodologia de elaboração: o PDI foi construído a partir da formação de Comissões Temáticas, com representantes de todos os 12 centros acadêmicos da universidade. A fase diagnóstica foi baseada em avaliações anteriores e os processos foram coordenados por uma equipe consultora.

2.1.3 PERFIL ESPERADO DOS EGRESSOS DA INSTITUIÇÃO

O PDI (2009-2013) traz o perfil esperado do egresso da UFPE, considerando que o mesmo deve apresentar as seguintes características:

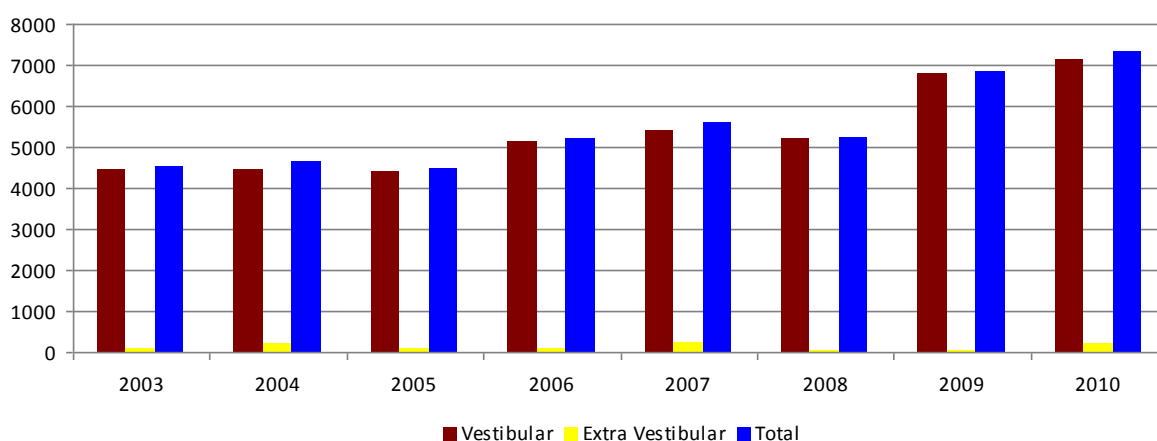
- Conduta pautada pela ética e preocupação com as questões sociais e ambientais;
- Capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa;
- Atuação propositiva na busca de soluções para as questões apresentadas pela sociedade;
- Capacidade de comunicação e expressão na língua nacional e em língua estrangeira;
- Capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas;
- Busca de constante aprimoramento científico e técnico;
- Domínio de técnicas essenciais à produção e aplicação do conhecimento;
- Trabalho integrado e contributivo em equipes trans-disciplinares.
- Competência para a atuação profissional com respeito pelo meio ambiente;
- Compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- Capacidade para promover e respeitar os Direitos Humanos

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos também trazem expresso o perfil esperado do egresso. Não repetem e nem se referem ao perfil esperado do egresso institucional, mas não são encontradas incongruências graves com o mesmo.

2.1.4 PERFIL ESPERADO DOS INGRESSANTES

Não há no Plano de Desenvolvimento Institucional uma referência explícita ao perfil desejado dos ingressantes da UFPE, mas pode-se observar que este perfil está implícito nas políticas de vestibular adotadas. A principal forma de entrada do estudante na UFPE é o Vestibular. O GRÁFICO 2.1 traz informações sobre a evolução (2003 a 2010) do quantitativo de novos alunos da Universidade, observando-se que, no ano de 2010, esta forma de entrada foi responsável por 97,46% do total. Há uma pequena oscilação da importância do vestibular no número total de ingressantes da UFPE que parece refletir o esforço institucional de preenchimento das vagas ociosas.

GRÁFICO 2.1 - Número de alunos ingressantes da UFPE - 2003 a 2010*



Fonte - A partir de dados do SIG@ (Sistema de Informação e Gestão Acadêmica)

O número total de ingressantes cresceu, no período, aproximadamente 62,12%, indicador que revela a expansão do número de vagas e também de cursos da UFPE¹. Em 2010 a UFPE contou com 7.137 ingressantes através do Vestibular e 186 ingressantes por intermédio de processo extravestibular (Diplomados, Transferência Externa e Força de Lei), totalizando 7.323 novos estudantes.

O vestibular da UFPE no ano de 2010 sofreu uma pequena modificação com relação ao ano de 2009, mas manteve a sua característica principal de valorização do mérito. É composto de duas etapas, ambas classificatórias e eliminatórias. Da primeira etapa faz parte a nota do ENEM (INEP/MEC); a segunda é composta por provas diferenciadas em função do curso. O curso de Música realiza também um teste de habilidade e o de Dança um teste de aptidão. Para os cursos de Estatística, Matemática e Química (todos do Centro de Ciências Exatas e da Natureza), desde o ano de 2005, há ainda uma terceira etapa, que consta de uma formação de caráter pré-acadêmico, na qual os candidatos cursam duas disciplinas específicas, oferecidas e administradas pela UFPE, durante um semestre letivo.

¹ Os dados apresentados para o Ensino de Graduação, apresentados na seção anterior, revelam este crescimento.

2.1.5 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO EFETIVA, MODIFICAÇÃO E REVISÃO DO PDI

A UFPE tem, hoje, dois documentos que apresentam o seu planejamento estratégico até o ano de 2013: o Planejamento Estratégico Institucional-PEI (2003-2013) e o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2009-2013). É com base nestes dois documentos² que a Universidade, anualmente, elabora o seu Plano de Ação.

Este ano de 2010 se constituiu no terceiro ano do segundo mandato do gestor atual, mantidos os seguintes compromissos: democracia, qualidade e compromisso social. A dimensão democrática da gestão da instituição se manifesta através do esforço de implementar uma gestão descentralizada, transparente, ágil e participativa. Isto se traduz, por exemplo, através de processos de definição de critérios para alocação de vagas nos concursos públicos da UFPE, da participação da comunidade no planejamento institucional, a exemplo da construção do Projeto de Reestruturação do Ensino da Graduação (Projeto REUNI), do envolvimento dos departamentos acadêmicos na definição dos mecanismos de avaliação institucional e na concepção e implantação da interiorização da UFPE, através da consolidação dos Campi do Agreste (Caruaru) e de Vitória (Vitória de Santo Antão).

² O PDI está contido no PEI.

3. A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, E A EXTENSÃO

A gestão acadêmica apresenta as atividades fins da UFPE, estando nela contidas, portanto, as ações relativas ao ensino (graduação e pós-graduação), à pesquisa e à extensão.

No que se refere ao ensino, e observando-se os indicadores produzidos pelo INEP, pode-se dizer que, de uma forma geral, a avaliação da UFPE como um todo é bastante positiva, uma vez que permanece, durante os três anos de avaliação, na Faixa 4. Quando se observa o IGC contínuo, entretanto, entre 2007 e 2009 há avanço e retrocesso, conforme mostrado na TABELA 3.1 seguinte.

TABELA 3.1 - IGC UFPE - 2007 a 2009

2007			2008			2009		
IGC Cont	IGC Faixa	Posição Ranking	IGC Cont	IGC Faixa	Posição Ranking	IGC Cont	IGC Faixa	Posição Ranking
353	4	23 ^o	356	4	18 ^o	350	4	23 ^o

Fonte - Elaborada a partir de dados do INEP

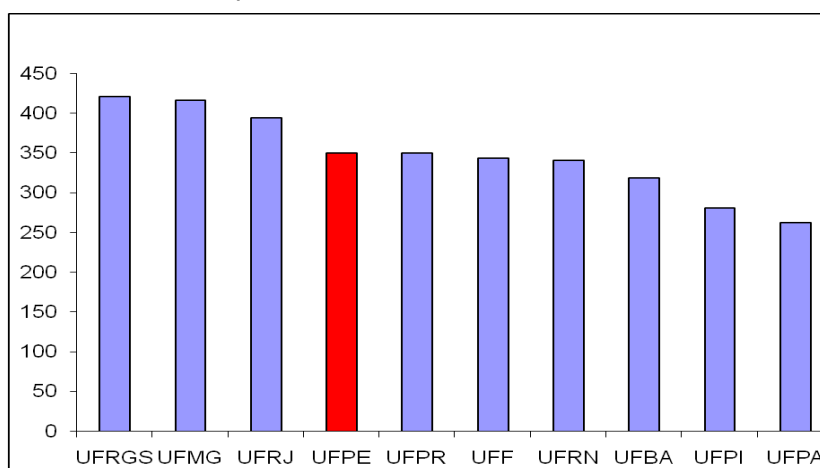
Para que se fizesse uma análise crítica para identificação dos fatores determinantes da modificação no IGC contínuo da Universidade e seu posicionamento no ranking seria necessário que se observasse as informações sobre a composição deste índice; o INEP, no entanto, só divulgou o IGC decomposto para o ano de 2009.

De qualquer forma, algumas considerações podem ser feitas a respeito do ranking apresentado pelo INEP. UNIFESP, UFCSPA, UFV, UFMG, UFRGS e UFTM3 obtiveram conceito 5 nos três anos de avaliação, enquanto UFLA, UFSCAR, e UFRJ4 obtiveram conceito 5 em anos subsequentes. Vale ressaltar que apenas 3 (UFMG, UFRGS e UFRJ) destas instituições são comparáveis em tamanho e complexidade à UFPE, as outras são instituições menores, com menos de 9.000 alunos. O GRÁFICO 3.1 faz um ranqueamento do IGC contínuo para o ano de 2009 considerando apenas as 10 maiores Universidades Federais brasileiras, a partir do qual pode-se perceber que a UFPE ocupa a 4^a posição.

³ Universidade Federal de São Paulo, Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

⁴ Universidade federal de Lavras, Universidade Federal de São Carlos, e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 3.1 - IGC contínuo para as 10 maiores universidades brasileiras



Fonte - elaborado a partir de dados do INEP

3.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO

A definição da política do ensino de graduação da UFPE é discutida na Câmara de Graduação, colegiado ligado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgãos consultivos e deliberativos. A Câmara é constituída pelo presidente, que é o Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos, e representantes dos Centros Acadêmicos.

3.1.1 EVOLUÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O ensino de graduação na UFPE tem se expandido de forma bastante relevante no período 2005 a 2010. Esta expansão começou em 2006 com o processo de interiorização (aumento de 18,6% na quantidade de vagas ofertadas com relação a 2005) e com a realização das metas do Projeto REUNI, a partir de 2008. É possível constatar que no período de 2008 a 2010 houve um aumento de 32,8% no número de cursos e de 24,2% na quantidade de vagas disponibilizadas no vestibular, conforme mostrado na TABELA 3.2.

TABELA 3.2- Quantidade de cursos e vagas ofertadas no Vestibular, por Campi, 2003-2010

Campus	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	cursos	Vagas	cursos	Vagas	cursos	vagas	cursos	vagas	cursos	vagas	cursos	vagas	cursos	vagas
Recife	63	4.431	62	4.325	62	4.425	62	4.455	62	4.415	72	5.006	79	5.537
Agreste	-	-	-	-	5	580	5	580	5	580	9	740	10	900
Vitória	-	-	-	-	3	125	3	250	3	250	3	250	4	280
Total	62	4.431	62	4.325	70	5.130	70	5.285	70	5.245	84	5.996	93	6.517

Fonte - Elaborado a partir dos relatórios gerenciais do SIG@

3.1.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Na UFPE a estrutura curricular de cada curso é elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas diretrizes curriculares específicas, definidas a partir da LDB, de dezembro de 1996. A proposta básica da referida lei é de que a estrutura curricular deva assegurar o conteúdo específico mínimo da área, alternativas de trajetória e ampla liberdade de escolha.

Os currículos a partir de então vêm sendo concebidos como um sistema articulado, permitindo que, além da transmissão de conteúdos, o aluno “desenvolva habilidades básicas específicas e globais, de atitudes formativas, de análise crítica, de percepção profissional, social e humanística”. Deve ainda o aluno se formar com uma visão crítica do próprio campo profissional.

As atividades acadêmicas (iniciação à pesquisa, extensão, monitoria, estágio, publicação de artigos, participação com apresentação de trabalhos em eventos, e disciplinas da pós-graduação) podem também ser consideradas na estrutura curricular como atividades complementares, conforme define a Resolução do CCEPE nº 06/2005. Para implementação dessas atividades como componente curricular em cada curso deve haver, contudo, a regulamentação dos respectivos colegiados.

Os componentes curriculares devem ser separados em: componentes obrigatórios (ciclo básico e ciclo profissional) e componentes eletivos (do perfil curricular, livre e atividade complementar). De acordo com a LDB-LN nº 9394, os componentes obrigatórios não devem ultrapassar 50% da carga horária do curso.

No ano 2010 foram consolidados os esforços, que já vinham se dando em anos anteriores, no sentido de adequar os PPC's da UFPE às diretrizes curriculares. Assim, ao final do ano, dos 90 cursos em atividade na UFPE, 61 (67,8%) encontravam-se com as novas diretrizes curriculares implementadas e 71 (78,9%) com os seus Projetos Pedagógicos (PPC) atualizados.

No ano de 2010 não ocorreram alterações significativas na regulamentação da UFPE relativa ao tema. Destaca-se apenas aprovação da Resolução nº 13/2010-CCEPE, que estabelece a Lâurea Universitária e indica critérios para sua concessão. Esta resolução veio a substituir a anterior⁵, buscando a sua atualização, tendo em vista, principalmente, a possibilidade de concessão de lâurea para alunos que tenham realizado dispensa de disciplinas. Este item tem se tornado bastante relevante no quadro atual em que diversos alunos da UFPE têm realizado intercâmbio em instituições estrangeiras. Na resolução anterior a lâurea acadêmica ficava vedada a estes alunos, uma vez que os mesmos realizavam dispensa de disciplina no retorno à UFPE.

3.1.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

3.1.3.1 Ensino

As práticas pedagógicas de ensino podem ser divididas em cinco grupos. No primeiro estão as práticas institucionais, são elas: iniciação científica; PET; monitoria; projeto de extensão; Congresso de Iniciação Científica; mobilidade estudantil; disciplinas institucionais. Registre-se que as quatro primeira destas são amparadas por um processo de seleção para distribuição de bolsas, contando também com a certificação voluntária.

No segundo grupo estão as práticas de nivelamento, que são iniciativas de áreas ou até dos próprios cursos, a exemplo das áreas exatas e engenharias, que utilizam disciplinas introdutórias optativas, para estudantes com dificuldade em acompanhar as disciplinas iniciais de alguns cursos; do curso de

⁵ Resolução nº 03/89-CCEPE.

economia, cujo grupo PET, orientado pelo tutor e professores atua nas disciplinas de matemática e estatística, realizando nivelamento a cada semestre letivo; e do curso de ciência da computação, cujo grupo PET também atua com aulas de nivelamento nos semestres iniciais.

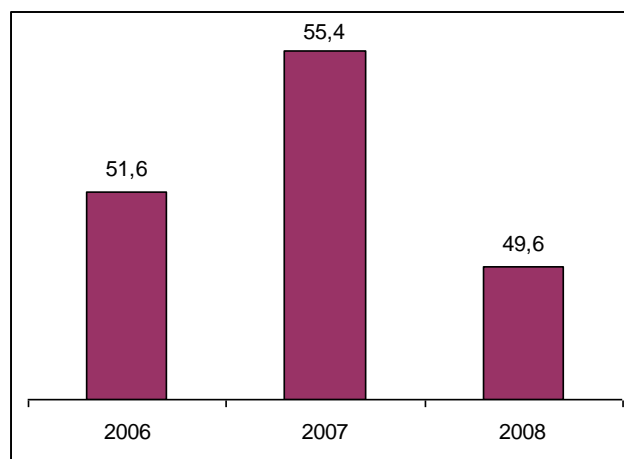
O terceiro grupo se compõe pelas atividades de Estágio; Projeto e Monografia, que a depender das diretrizes curriculares são atividades optativas ou obrigatórias. Para o caso do estágio há regulamentação na UFPE, seja ele obrigatório ou optativo. Devido à nova Lei de Estágio⁶, esta regulamentação se encontra em fase de discussão.

O quarto grupo se compõe das práticas que dependem da iniciativa do professor e das especificidades de cursos e disciplinas; a exemplo das excursões didáticas; da utilização de recursos áudio visuais em sala de aula; e da utilização de laboratórios de informática no ensino.

No quinto grupo está a integração do estágio na docência com o objetivo social de diminuir o *gap* entre os alunos da rede pública e privada. O Projeto “Professores do Terceiro Milênio”, em que estudantes das licenciaturas de matemática e ciências preparam estudantes carentes para o processo seletivo das Universidades, é um bom exemplo desta prática.

Para avaliar as práticas pedagógicas e a integração curricular, pode-se observar o percentual de estudantes que considera o currículo do seu curso relativamente integrado nas respostas do questionário de “percepção dos estudantes sobre a instituição” dos ENADE’s 2006 a 2008⁷, por exemplo. O GRÁFICO 3.2 traz estas informações.

GRÁFICO 3.2 - Proporção de alunos que considera os currículos integrados entre os cursos da UFPE - resposta aos questionários dos ENADES 2006 a 2008⁸



Fonte - Elaborado a partir dos Relatórios produzidos pelo INEP

Lembrando que cada um dos anos considerados acima se refere a uma grande área de conhecimento, deve-se registrar que, em média, mais de 52% dos alunos da UFPE consideram os seus currículos integrados. A diferença entre a proporção de alunos da área de saúde que consideram os currículos integrados (ano de 2007) e os da área das engenharias (ano de 2008) é da ordem de apenas 5,8%.

Cabe, neste momento, realizar uma contraposição entre o que diz o aluno e a situação real de atualização ou não dos currículos e projetos pedagógicos relativamente às diretrizes curriculares. A TABELA 2.3 traz um resumo desta situação, considerando a divisão dos cursos da UFPE segundo o ano que fizeram ENADE.

⁶ Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

⁷ Os relatórios de 2009 não foram disponibilizados até o dia 30/04/2011.

⁸ Até a data de finalização deste Relatório, na versão para postagem no e-Mec, em 30/04/2011, o INEP ainda não havia disponibilizado seus Relatórios gerenciais, com as informações relativas ao ano de 2009.

Perceba-se que, vindo ao encontro da opinião dos alunos, o ano de 2007 registra o maior número de currículos atualizados. A relação observada para os anos de 2006 e 2008, entretanto, é inversa, e seja talvez explicada pela atualização dos Projetos Pedagógicos, já mais consolidada para o ano de 2006 do que para o ano de 2008.

Tabela 3.3 - Proporção de Currículos e Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPE atualizados por ano do ENADE - 2006 a 2008

Descrição	2006	2007	2008
Currículo	50	79	59
Projeto Pedagógico	83	79	68

Fonte - Informações da PROACAD-UFPE

3.1.3.2 Avaliação de Aprendizagem

A prática pedagógica de avaliação da aprendizagem que se faz hoje na UFPE, como prática institucional, é a avaliação realizada por cada professor em sua disciplina, que é usada via de regra para determinar o aproveitamento dos alunos nas disciplinas, observando-se como ponto de corte um aproveitamento mínimo de 70% para aprovação por média e 50% para aprovação após o exame final. Destaca-se, desta prática, a resolução 04/1994 - CCEPE, que traz normas complementares de avaliação de aprendizagem e controle de frequência.

Do ponto de vista organizacional, para a consecução das propostas de Práticas Pedagógicas da UFPE, existe uma Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), que trata exclusivamente das questões relativas ao ensino da graduação. Na PROACAD o Departamento de Controle Acadêmico (DCA) centraliza o acompanhamento e controle deste processo.

Ainda do ponto de vista organizacional, destaca-se o Sistema Acadêmico SIG@ desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPE para o ensino da graduação. Este sistema fornece uma série de ferramentas gerenciais a serem trabalhadas pelo DCA, pelas Coordenações de Curso, e pelos próprios alunos. Cada dirigente específico, ou aluno, tem um perfil definido para o seu nível de decisão; neste sentido, existem perfis de acesso definidos para Coordenador de Curso, Diretor do Controle Acadêmico, Professor, Aluno, entre outros. É através deste sistema que o professor informa as notas de suas disciplinas, podendo definir seu sistema próprio de avaliação. É facultado também ao professor informar as presenças e faltas dos alunos.

Pelo sistema o aluno tem acesso às suas notas, que são mantidas em privacidade, e às informações gerenciais para a sua vida acadêmica, como seu histórico escolar, média, grade curricular, tempo restante para conclusão do curso, entre outros. Estas mesmas informações, aliás, são também disponíveis ao Coordenador de Curso, que pode acompanhar o aluno “de perto”.

O Coordenador do Curso, que visualiza “seu” Curso como um todo, pode observar o andamento das disciplinas de uma forma geral, durante o decorrer do semestre, e ao fim dele. É possível obter informações sobre número de reprovações (por falta e por nota), número de aprovações e as disciplinas que mais reprovam ou aprovam.

Para analisar o resultado das matrículas em disciplinas nos anos 2006 a 2010 os dados apresentados na TABELA 3.4 revelam que, considerando a UFPE como um todo, em 2006.2 o percentual de aprovação foi de 75,8%, valor este que subiu um pouco para ficar em 81% em 2009.2 e 83,1% em 2010.2. Quanto às reprovações, em torno de 22% no período analisado, é importante destacar a situação da reprovação por falta que chega a ser maior que a reprovação por nota em todos os períodos.

TABELA 3.4 - Situações de histórico para o semestre letivo 2006.2 - 2010.2

Situações de Histórico	2006.2	2007.2		2008.2		2009.2		2010.2	
	UFPE	Exatas	UFPE	Exatas	UFPE	Exatas	UFPE	Exatas	UFPE
Aprovado	14,0	21,9	13,2	22,5	13,5	22,3	13,5	23,4	14,9
Aprovado por média	61,8	45,7	67,9	48,2	68,4	46,7	67,5	49,4	68,2
Reprovado	7,0	11,2	4,7	10,4	4,7	12,0	5,4	13,5	6,7
Reprovado por falta	17,2	21,2	14,2	18,9	13,3	18,9	13,6	13,7	10,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

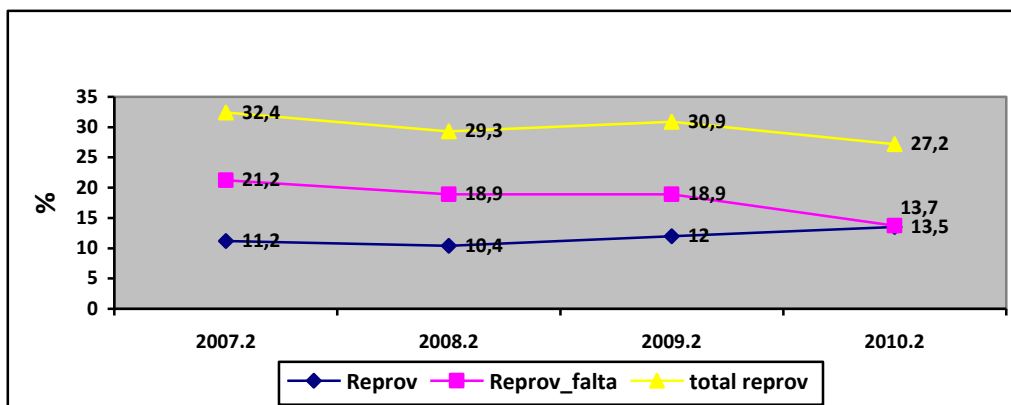
Fonte - elaborado a partir dos relatórios gerenciais do SIG@

A situação das reprovações é diferente entre os cursos e, em especial, os cursos da área de exatas (matemática, química, física, engenharias e computação) apresentam uma situação mais crítica destacando-se os índices de reprovação por falta de 21,2% em 2007.2 quando na UFPE como um todo este índice foi de 14,2%; e a reprovação por nota de 11,2% das matrículas enquanto para toda universidade este índice foi de 4,7%, também em 2007.2. Muitos dos alunos que são reprovados por falta sequer freqüentam as aulas. Tendo em vista estes números e o fato de que eles são determinantes dos índices de evasão e retenção da Universidade, em 2009 foi aprovada uma Resolução que, em seu artigo 1º, indica a recusa de matrícula para alunos que, entre outras situações, tenham obtido reprovação por falta em todos os componentes curriculares de um semestre letivo.

A resolução entrou em vigor em 2010.1, mas foi discutida durante os anos de 2008 e 2009 com toda a comunidade acadêmica e, como resultado de sua repercussão ou não, pode-se perceber uma sensível queda na proporção de reprovações por falta da Universidade como um todo e da área de Exatas em particular. Respectivamente, na UFPE e na área de Exatas, entre 2007 e 2009 esta queda foi de 14,2 para 10,2% e de 21,2% para 13,7%.

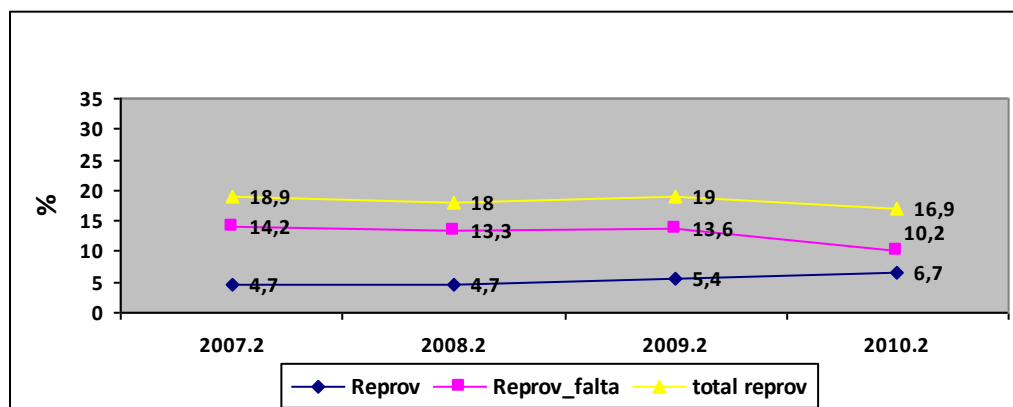
Os GRÁFICOS 3.3 e 3.4 trazem os números e a trajetória das reprovações para a área de Exatas e para a UFPE como um todo.

GRÁFICO 3.3 - Percentual de reprovações em disciplinas dos cursos da área de EXATAS na UFPE- 2007 a 2010



Fonte - Relatórios Gerenciais do SIG@

GRÁFICO 3.4- Percentual de reprovações em disciplinas de todos os cursos da UFPE- 2007 a 2010



Fonte - Relatórios Gerenciais do SIG@

Ainda no que se referem à avaliação da aprendizagem, os conceitos ENADE são um bom indicativo dos resultados deste processo. Dados para o período entre 2004 e 2008 estão constantes na Tabela 2.5. Entre os cursos que realizaram ENADE em 2004 e 2007⁹ observa-se uma realidade relativamente igual, com basicamente o mesmo número de cursos em cada conceito, a não ser pelo conceito 3, que teve um curso a mais. Destaca-se, entretanto, que o único curso que teve conceito 1 em 2004 obteve conceito 4 em 2007, que foi o Curso de Odontologia; e que o Curso que obteve conceito 1 em 2007 foi o Curso de Serviço Social que, conforme comprova relatório de avaliação dos resultados encaminhado ao INEP, aconteceu devido ao boicote dos alunos¹⁰.

Registra-se ainda a grande queda de conceito do Curso de Farmácia, de 4 para 2. Este curso realizou processo recente de auto-avaliação e, em 2010, teve um novo Projeto Pedagógico aprovado no âmbito do CCEPE.

TABELA 3.5 - Número de Cursos por Conceito ENADE - 2004 a 2009

Conceito Enade	Primeiro Ciclo do ENADE						Segundo Ciclo do ENADE					
	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Nº Cursos	%	Nº Cursos	%	Nº Cursos	%	Nº Cursos	%	Nº Cursos	%	Nº Cursos	%
1	1	10,0	0	0,0	0	0,0	1	7,7	1	4,8	0	0,0
2	2	20,0	0	0,0	2	14,3	0	0,0	3	14,3	3	17,7
3	2	20,0	8	40,0	3	21,4	4	30,8	4	19,0	3	17,7
4	3	30,0	8	40,0	6	42,9	4	30,8	7	33,3	4	23,5
5	2	20,0	0	0,0	3	21,4	2	15,4	6	28,6	2	11,8
SC(1)	0	0,0	4	20,0	0	0,0	2	15,4	0	0,0	5	29,4
Total geral	10	100,0	20	100,0	14	100,0	13	100,0	21	100,0	17	100,0

Fonte - Elaborado a partir dos resultados do ENADE - www.inep.gov.br

Entre os cursos que realizaram o ENADE em 2005 e 2008 identifica-se que: dos 4 cursos sem conceito em 2005, dois obtiveram conceito 5 em 2008, sete cursos aumentaram seus conceitos e oito ficaram com o mesmo conceito de 2005. Na avaliação de 2008 apenas os cursos de Engenharia de Minas, Geografia e Biologia tiveram conceito menor que 3.

Entre os cursos que realizaram o ENADE em 2006 e 2009 identifica-se que: 5 Cursos ficaram sem conceito em 2009, sendo que destes 4 são cursos novos e, portanto, não se esperava que tivesse conceito atribuído devido ao número reduzido, ou nenhum, de concluintes. O outro Curso que ficou sem conceito foi Curso de Administração, que havia tirado nota 5 em 2006.

Deve-se registrar também os CPC's - Conceito Preliminar de Curso, obtidos pelos cursos avaliados pela UFPE conforme pode-se verificar nos dados da TABELA 3.6. Em 2007 foram avaliados os cursos da área de Saúde e todos eles obtiveram conceito igual ou superior a 3, com exceção de Serviço Social, que obteve conceito 1. Devido a esta situação, o Curso de Serviço Social recebeu avaliação externa e obteve a partir desta avaliação o conceito 4. Hoje, todos os Cursos da área de saúde já tiveram suas portarias com a renovação do reconhecimento do curso publicadas, inclusive o curso de Serviço Social.

TABELA 3.6 - Distribuição dos cursos avaliados, segundo o CPC, 2006 a 2009- UFPE

CPC	Ciclo 2007/2008/2009	
	Nº Cursos	%
2	3	6
3	14	28
4	23	46
5	2	4
SC	8	16
Total geral	50	100,00

Fonte - Elaborado a partir dos resultados divulgados pelo INEP - www.inep.gov.br

Em 2008, os cursos de Geografia e Engenharia Cartográfica, e em 2009 o Curso de Música, tiveram CPC igual a 2. Estes Cursos receberão avaliação externa. Até o momento, apenas está agendada a avaliação *in loco* do Curso de Engenharia Cartográfica, que receberá a Comissão Externa no período de 04 a 07/05/2011.

O valor consideravelmente grande de cursos Sem Conceito - SC, conforme as Tabelas 3.5 e 3.6, dá-se principalmente pela criação de novos cursos na UFPE e, portanto, que não possuíam concluintes no ciclo avaliativo entre 2007 e 2009.

O sistema SIG@ permite também que seja informada a estrutura física disponível para cada disciplina. Estas informações, entretanto, ainda não se encontram completamente informadas no Sistema pelas instâncias responsáveis.

Relativamente ao Plano de Ensino da disciplina, ainda se encontra em fase de desenvolvimento o módulo que permitirá, no Sistema, a obtenção por parte do aluno deste Plano, além de espaço para uma interação maior com o professor. O questionário sócio-econômico do aluno no ENADE traz algumas informações relevantes sobre o Plano de Ensino, de forma que algumas observações podem ser feitas a partir da "percepção dos estudantes sobre a instituição". A TABELA 3.7 traz informações da UFPE para o período 2006 a 2008.

TABELA 3.7 - Percepção dos alunos sobre o plano de ensino na UFPE - ENADE 2006 a 2008⁹

Percentual de estudantes que considera que...	2006	2007	2008
a maior parte dos docentes discute o plano de ensino ao iniciar a disciplina	41,3	39,8	46,57
a maior parte dos planos de ensino contém: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina	45,5	47,9	43,25

Fonte - Relatórios do ENADE da UFPE - 2004 a 2008

⁹ Mais uma vez deve ser lembrado que os relatórios do INEP ainda não foram disponibilizados.

Entre os anos de 2009 e 2010 este tema foi bastante discutido nas inúmeras reuniões realizadas com a comunidade acadêmica pela Diretoria de Avaliação e Planejamento para efeito da discussão da avaliação docente. Coordenadores e professores ressaltaram que, de fato, esta não é uma prática muito freqüente entre os professores da UFPE, mas que, por outro lado, e em muitos casos, os alunos não se lembram do Plano de Ensino distribuído e não recorrem a ele quando precisam programar as suas atividades. Há um Projeto de Resolução e um Formulário para avaliação docente em discussão para posterior aprovação pelo Conselho Universitário.

3.1.4 PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE ESTÍMULO A MELHORIA DO ENSINO

De 1999 a 2010 a UFPE implementou uma política de apoio financeiro à melhoria do ensino da graduação, através de editais dirigidos. Os editais visavam apoiar projetos direcionados a corrigir as deficiências identificadas no ensino de uma (ou um conjunto de) disciplina/atividade de um curso, procurando atender sempre às recomendações das novas diretrizes curriculares, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2005 os editais se modificaram um pouco na forma, mas os objetivos e princípios permaneceram os mesmos, apenas se diferenciando pelo turno (no sentido de favorecer aos turnos noturnos) e pelas licenciaturas.

3.1.5 ESTÍMULO À FORMAÇÃO DOCENTE

Desde o ano de 2000 existe um Curso de Atualização didático-pedagógica, que tem como objetivo melhorar a didática do corpo docente. Em julho de 2008 esta iniciativa foi institucionalizada como núcleo, a partir da criação do NUFOPE- Núcleo de Formação Continuada Didático-pedagógica dos professores da UFPE, cujas atividades são coordenadas e executadas por professores do Centro de Educação da UFPE, e um professor do Núcleo de formação docente do CAA-Caruaru. Em 2009 foram oferecidas 13 (treze) turmas do Curso de Atualização didático-pedagógica, sendo seis turmas do módulo 1 e, sete turmas do módulo 2, correspondendo a um total de 153 docentes. Estes mesmos dados ainda não foram consolidados para o ano de 2010.

Sob o ponto de vista da formação na área de atuação, os Departamentos se sentem estimulados a licenciar seus docentes para realização de cursos e pesquisas de pós-graduação, pois contam com um sistema de substituição deste professor, no que se refere à sala de aula, pela contratação temporária de professor substituto. Não há registros de professor que não tenha tido sua demanda satisfeita neste aspecto.

Deve-se salientar, entretanto, que não há regulação interna de afastamento de professor para pós-doutorado e que esta, pelo condicionamento da restrição recente do número de professores substitutos, se dá condicionada a que os professores do Departamento assumam as disciplinas do professor que pretende se licenciar para este fim.

3.1.6 APOIO AO ESTUDANTE

Existem, no âmbito da PROACAD, alguns programas dirigidos ao estudante da UFPE, os quais se encontram discriminados no QUADRO 3.1 Vale a pena ressaltar que alguns desses programas existem há muitos anos, mas em 2008/2009 foram criados novos programas: programa de auxílio de vale transporte urbano, auxílio moradia e programa de apoio pedagógico.

QUADRO 3.1 - Programas dirigidos aos estudantes no âmbito da PROACAD e seus respectivos objetivos

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA
Concessão de Auxílios a Eventos Estudantis	É um programa que apóia financeiramente a participação de alunos em eventos estudantis. Podem participar todos os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação da UFPE. Em 2010 foram concedidos 1.282 auxílios.
Moradia Estudantil	Objetiva promover a permanência do estudante da UFPE, comprovadamente carente de recursos financeiros e residente fora da área metropolitana do Recife, oferecendo-lhe condições materiais que possibilitem o seu processo de formação acadêmica/profissional. As duas casas de estudante (uma feminina e uma masculina) abrigavam em 2009 252 alunos e em 2010 este número passou para 363.
Apoio Instrumental - Técnico ao Estudante de Odontologia	Possibilita que o estudante de Odontologia tenha acesso, através de empréstimo, ao instrumental técnico necessário às aulas práticas. Os estudantes, selecionados a partir dos critérios de renda e desempenho acadêmico, recebem o material permanente exigido naquele período letivo. No final do semestre letivo, o estudante devolverá o material, que deverá ser repassado para outro aluno. Foram beneficiados em 2010 15 alunos.
Restaurante Universitário	O restaurante universitário é uma antiga demanda dos discentes da UFPE e entrou em funcionamento no primeiro dia de aula do semestre letivo 2011.1. O restaurante tem capacidade de atender, simultaneamente, 550 pessoas sentadas e tem previsão de oferecer 3.000 almoços e 800 jantares diários.
Programa Bolsa Atleta	Objetiva estimular os estudantes que tem afinidades com alguma atividade esportiva, permitindo os mesmos se dediquem e aprimorem à prática deste esporte, contribuindo para a formação de novos atletas na UFPE. Foram concedidas 94 bolsas em 2010.
Programa EXPO UFPE	Objetiva divulgar a nossa Instituição e seus cursos de graduação junto aos estudantes do ensino médio das escolas pública e privada do Estado de Pernambuco. Atingiu a um público de 320 alunos em 2010.
Programa de Apoio Pedagógico	Possibilita que os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso ao material didático necessário às aulas práticas. Os estudantes são selecionados a partir dos critérios de renda per capita recebem o material exigido naquele período letivo. Foram beneficiados 287 estudantes em 2010.
Programa de Auxílio de Vale Transporte Urbano	Objetiva a concessão de Auxílio Transporte Urbano aos estudantes de graduação, devidamente matriculados, que serão selecionados prioritariamente conforme critério socioeconômico. No ano 2010 foram beneficiados 495 alunos, em contraposição aos 185 estudantes de 2009.
Programa de Bolsas de manutenção Acadêmica	Atende aos residentes e aos estudantes de cursos de graduação oriundos de famílias de baixa renda. Tem como objetivo oferecer apoio financeiro aos alunos dando-lhes a oportunidade de desenvolver atividades curriculares. Foram atendidos 651 estudantes em 2009 e 833 em 2010.

Fonte - Elaborado a partir de informações da PROACAD-UFPE

Os critérios de concessão desses benefícios, bem como os calendários das solicitações, são publicados na página da PROACAD e também disponíveis na Diretoria de Apoio Estudantil.

O Restaurante Universitário, com apenas um mês de funcionamento, tem enfrentado algumas filas do lado de fora do mesmo. Os dirigentes têm se mostrado preocupados com o fato e buscado melhorias em seu processo.

O apoio aos estudantes através de bolsas é ofertado por mérito (bolsas de Iniciação científica - PIBIC, bolsa PET e monitoria) e, em caso de necessidade, por demanda. Os dados apresentados na

TABELA 3.8 revelam um aumento significativo no número de bolsas no período entre 2005 e 2010, passando de 2.175 bolsas para 5.720 bolsas.

3.1.1 INTERDISCIPLINARIDADE

A UFPE já apresenta como objetivo do ensino na instituição a interdisciplinaridade e, para isso, criou os núcleos de formação complementar e livre, os quais podem ocupar entre 0% e 50% do currículo do curso. O incentivo à interdisciplinaridade tem se dado até este ano de 2010 através dos Editais de Apoio às Graduações, de forma transversal. Estes Editais apresentam a interdisciplinaridade como requisito para a aprovação do Projeto, a qual pode se dar através de integração entre disciplinas, professores e/ou departamentos.

Organizacionalmente pode-se dizer que o SIG@ favorece a interdisciplinaridade: os diversos cursos da Universidade podem se comunicar entre si através deste Sistema, solicitando e aprovando a oferta de disciplinas para alunos dos demais cursos.

TABELA 3.8 Quantidade de Bolsas por tipo, para alunos da UFPE - 2005 a 2010¹⁰

Bolsas para alunos	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CAPES/Demanda Social - PROF	546	637	639	692	874	1.102
CAPES/PICDT - PRÓ-DOCTORAL	12	6	7	6	3	2
PROPEAQ (Mestrado e Doutorado)	24	18	25	25	24	25
APOIO ACADÊMICO	128	123	152	153	158	335
APOIO PEDAGÓGICO	-	-	-	-	54	287
AUXÍLIO MORADIA	-	-	-	-	126	363
AUXÍLIO TRANSPORTE					185	495
Recife					90	210
Vitória					71	116
Caruaru					24	169
BIA/FAP'S	-	-	-	23	26	-
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	265	266	365	517	473	179
EXTENSÃO	89	102	132	243	245	321
MANUTENÇÃO ACADÊMICA	357	358	365	451	651	728
MONITORIA	238	340	396	399	445	580
PET	-	-	60	60	68	170
PIBIC/CNPQ	457	462	472	492	492	548
PIBIC/PROPEAQ	59	70	90	86	76	90
TOTAL	2.175	2.382	2.699	3.112	3.854	5.720

Fonte - PROPLAN-UFPE

3.1.2 ESTÁGIO¹¹

Os estágios na UFPE são disciplinados pela Resolução 02/85 do CCEPE¹² e a autorização para a sua realização, seja de caráter obrigatório ou não, deve ser dada pelo Coordenador do Curso ao qual o aluno está vinculado, que assinará um termo de compromisso, específico para cada caso, juntamente com o estagiário e o representante da unidade concedente.

¹⁰ Os dados para 2010 ainda não estão todos disponíveis

¹¹ A regulamentação de estágio da UFPE está em fase de reformulação para se adequar à nova Lei do Estágio.

¹² O documento com as informações gerais sobre a atividade de estágio na UFPE está disponível em www.proacad.ufpe.br/dca/apoioacad.html.

A legislação específica refere-se ao estágio como uma atividade curricular, podendo ser de natureza obrigatória, no caso dos estágios que aparecem no perfil curricular do curso como componente obrigatório para sua integralização; ou de natureza não-obrigatória, como atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, realizado por livre escolha do mesmo, sem previsão expressa no respectivo currículo.

Nas duas modalidades, eles podem ser remunerados ou não remunerados, sendo obrigatório, no entanto, a existência de um instrumento jurídico (convênio) firmado pela instituição de ensino e a unidade concedente do estágio, estabelecendo as condições para a sua realização; um termo de compromisso celebrado entre o estudante e a unidade concedente do estágio, com interveniência obrigatória da instituição de ensino.

Para assinatura dos Termos de Compromisso não deve haver incompatibilidade com o que está prescrito no Termo de Compromisso da UFPE. É imprescindível que esteja explicitada a responsabilidade pela cobertura de seguro contra acidentes pessoais do estagiário, durante o período de realização do estágio, e a indicação de profissional para se responsabilizar pela supervisão do estagiário na empresa.

A carga horária em atividades de estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio. Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio pode ser modificada, desde que de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino.

Existem também diversos procedimentos de estágio não curricular, cabendo aos Colegiados de Curso de Graduação deliberar sobre a conveniência e oportunidade de admitir a interveniência-anuência da Universidade para realização desses estágios. Deve-se, entretanto, observar as seguintes condições mínimas: o candidato a estagiário deverá estar regularmente matriculado, cursando disciplinas; o período do curso, a partir do qual o aluno poderá iniciar o estágio, deverá ser definido pelos Colegiados, no entanto, o aluno deverá ter integralizado, no mínimo, as disciplinas do primeiro período letivo; a realização do estágio não obrigatório não poderá provocar atrasos na conclusão do curso; o Termo de Compromisso deverá: identificar expressamente o estágio como não obrigatório; trazer em anexo o plano de atividades que guardem real correlação com o conteúdo formativo do curso; indicar expressamente a jornada de trabalho e respectivo horário, inteiramente compatível com as atividades acadêmicas, salvo se a duração prevista para o estágio situar-se totalmente em período de férias escolares; trazer o nome do supervisor(es) técnico(s) da instituição ofertante de estágio, especificar a responsabilidade da instituição ofertante de estágio ou do agente de integração quanto à cobertura de seguro contra acidentes pessoais em favor do aluno, e obedecer aos dispositivos da Lei 6.494/77.

Há no SIGA um módulo que auxilia no acompanhamento do aluno em Estágio Curricular, módulo este que permite o registro da “matrícula” e avaliação. Mas falta ainda no Sistema um módulo que permita o acompanhamento burocrático do aluno em estágio, tendo em vista o controle das atividades desenvolvidas no estágio e no curso. Nos cursos noturnos, a exemplo de Ciências Econômicas, é comum a ocorrência de casos em que o aluno considera o estágio como a sua principal atividade, com prejuízo inclusive do desempenho acadêmico. No caso deste curso em particular, o Colegiado do Curso criou uma Resolução que proíbe a renovação do estágio quando o aluno se reprova por falta em alguma das disciplinas matriculadas.

3.1.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A Resolução 06/2005 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco dispõe sobre os procedimentos para creditação de atividades de pesquisa, extensão e monitoria nos Cursos de Graduação da Universidade. As diretrizes fixadas nesta Resolução orientam os coordenadores e colegiados de curso a encaminharem os processos de solicitação de creditação destas atividades no currículo dos alunos. Para isso, a UFPE disponibiliza

aos Cursos, através do sistema acadêmico SIG@ e de registros isolados, as informações necessárias para que se proceda com a implantação das atividades complementares.

Os procedimentos para creditação das atividades devem seguir diversas etapas, as quais devem contemplar: registro institucional, parecer do professor sobre a participação do aluno, e aprovação do Colegiado de Curso. O aproveitamento da carga horária para integralização do curso depende da indicação de carga horária complementar máxima proposta no perfil de cada curso.

3.2 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

O ensino de Pós-Graduação *stricto sensu* na UFPE teve início em 1967 com a implantação de quatro cursos de Mestrado (Economia, Sociologia, Matemática e Bioquímica). O crescimento do sistema ocorreu, inicialmente, devido ao aumento do número de Mestrados e, a partir de 1990, pela implantação de Doutorados em todas as áreas do conhecimento.

Hoje, todo o “Sistema de Pós-Graduação *stricto sensu*” da UFPE está regulamentado pela Resolução nº 10/2008 do CCEPE, que estabelece normas para a criação, coordenação, organização e funcionamento de cursos na Universidade. De acordo com a resolução, eles devem ser estruturados em área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa articulados e coerentes entre si.

De forma complementar, as políticas e decisões para a pós-graduação, *stricto sensu* ou *lato sensu*, são definidas no âmbito da Câmara de Pós-graduação (CPG), órgão colegiado consultivo e deliberativo. A CPG é presidida pelo Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) da UFPE e tem como vice-presidente o seu Diretor de Pós-Graduação. Os demais membros (todos com mandato de dois anos) são indicações dos programas de pós-graduação, a partir de suas áreas de conhecimento.

Devido à sua participação no convênio PROF/CAPES, a UFPE tem uma Comissão de Planejamento e Gerência do Programa de Fomento de Pós-Graduação da UFPE, a CPG/PROF. Esta comissão tem competência para deliberar, planejar e gerir os recursos da pós-graduação¹³, bem como acompanhar a execução do Plano de Trabalho Bienal elaborado por cada Programa de Pós-Graduação.

Cada programa de pós-graduação tem um coordenador e um vice-coordenador, apoiados por um colegiado de curso, consultivo e deliberativo, composto pelos professores do programa e por representação discente. Ao colegiado cabem as funções de coordenar, orientar e acompanhar o funcionamento acadêmico, pedagógico, didático e orçamentário do Programa.

3.2.1 POLÍTICAS DE EXPANSÃO E CRIAÇÃO DE NOVOS PROGRAMAS

A criação de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* pode ser originária de Departamentos, Centros Acadêmicos, ou grupos de docentes/pesquisadores, vinculados à diferentes unidades acadêmicas. A proposta deve se adequar ao modelo estabelecido pela CAPES, a partir das recomendações do comitê de área. Deve apresentar ainda a estrutura curricular, conforme modelo estabelecido pela PROPESQ, uma proposta de Regimento Interno do Programa, e um parecer de comissão de avaliação da proposta, composta por relatores da CPPG e externo a UFPE.

A análise do projeto de criação do novo curso, por qualquer uma das instâncias da Universidade, se baseia em critérios de qualificação do corpo docente para a área ou áreas de concentração do curso; na tradição em pesquisa, com produção acadêmico-científica ou artístico-cultural relevante, na área objeto do curso proposto; e adequação da infra-estrutura para o seu funcionamento regular.

¹³ De acordo com o estabelecido pela Portaria nº 64, de 18 de novembro de 2002, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹⁴ O documento com as informações gerais sobre a atividade de estágio na UFPE está disponível em <http://www.proacad.ufpe.br/dca/apoioacad.html>.

Entre 2004 e 2008, em resposta à demanda da sociedade e ao estímulo da CAPES, tiveram início cinco mestrados profissionais. Ao final do ano 2009 este sistema compreendia 57 cursos de mestrado acadêmico, 5 de mestrado profissional e 44 de doutorado. A TABELA 3.9 traz os números desta evolução com relação ao número de cursos.

TABELA 3.9 Número de cursos de mestrado acadêmico e profissional e doutorado, de alunos matriculados e de titulados - 2005 a 2010

Especificação	2005			2006			2007			2008			2009			2010		
	MA	MP	D	MA	MP	D	MA	MP	D	MA	MP	D	MA	MP	D	MA	MP	D
Cursos	52	4	35	52	5	38	51	5	40	52	5	43	61	6	47	63	6	47
Matrículas	2.473	179	1.360	2.560	291	1.468	2.624	361	1.593	3.136	387	1.844	3.449	395	2.046	3.653	324	2.345
Titulados	628	38	172	827	29	206	670	31	221	821	94	255	932	108	294	927	93	267

Fonte - PROPESQ/UFPE

O período registra um crescimento de, no total da pós-graduação *stricto sensu*, 27% no número de cursos, 57,5% no número de matrículas, e 53,5% no número de titulados. O maior crescimento do número de titulados reflete o esforço institucional de melhorar a taxa de sucesso da pós-graduação.

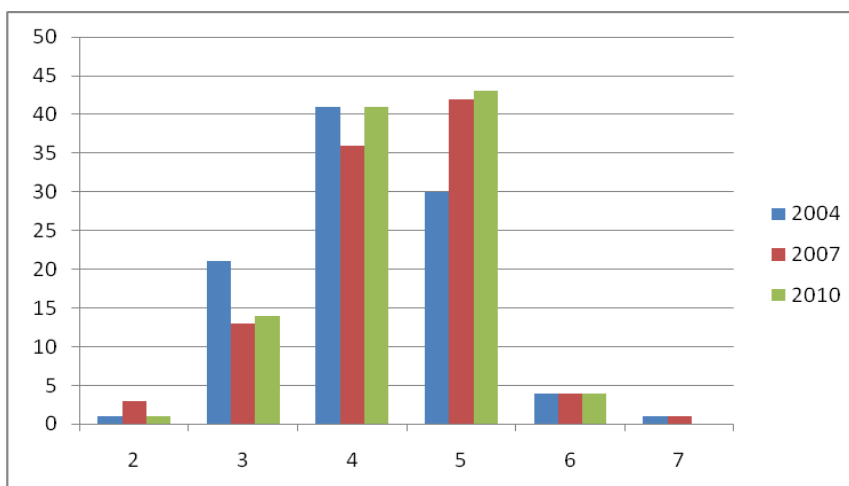
3.2.2 POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE

A PROPESQ atua de diversas formas em apoio à Pós-graduação da UFPE, através de auxílio financeiro com verba própria e também de intermediação para auxílios externos. No Plano de Ação de 2009 da Universidade há um Programa de consolidação e expansão da Pós-graduação, que traz ações de maior informatização dos Programas; de apoio à infraestrutura de uma forma geral; de concessão de bolsas; de editoração de monografias, dissertações, teses e periódicos científicos.

A UFPE faz parte do Programa de Fomento à Pós-Graduação da CAPES (PROF), que tem financiamento com base em projeto de planejamento institucional para um período de dois anos. O PROF permite uma autonomia na utilização dos recursos, mediante análise da Comissão de Planejamento e Gerência do PROF (CPG/PROF), que atenda às necessidades de financiamento da pós-graduação e da pesquisa, contemplando a estrutura global destes setores na instituição.

Pode-se dizer que a política tem dado resultado, pois os conceitos CAPES dos Cursos da UFPE evoluíram de forma positiva entre os triênios 2004, 2007 e 2009. O GRÁFICO 3.5 traz os números desta afirmação.

GRÁFICO 3.5 - Número de cursos por conceito CAPES - 2004, 2007 e 2010



Fonte - Elaborado a partir de dados da CAPES

Entre os períodos de avaliação, a UFPE permaneceu com o mesmo número de cursos com conceitos 6 (dois) e 7 (um); diminuiu o número de cursos com conceito 3 e 4 e aumentou o número de cursos com conceito 5.

3.2.3 CORPO DOCENTE

O corpo docente dos cursos de pós-graduação é constituído de Docentes Permanentes, Colaboradores e Visitantes, a depender da condição de dedicação ao programa e de vínculo com a UFPE. Para ser docente de um PPG, independentemente da categoria, deve-se atender a critérios de titulação (possuir título de Doutor ou Livre Docência); de produção científica (considerada relevante pelo Colegiado do Programa); e de disponibilidade para lecionar disciplinas e orientar alunos do Programa. A manutenção do docente no Programa se guia por um processo de avaliação sobre os relatórios enviados a CAPES, considerando-se todos os aspectos já citados.

Mas o corpo docente ligado à pós-graduação da UFPE não é exclusivo destes programas. Segundo dados do SIG@ (Sistema de Informação e Gestão Acadêmica), dos professores com doutorado da Universidade, apenas 5% são exclusivos destes programas.

3.2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os cursos de Mestrado terão duração mínima de um ano e máxima de dois anos; e o Doutorado, duração mínima de dois anos e máxima de 4 anos, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de dissertação ou tese. Há a possibilidade de prorrogação em um ou outro caso, desde que plenamente justificada; e a possibilidade de desligamento do aluno do programa, caso este ultrapasse o tempo máximo para conclusão ou obtenha duas reprovações em disciplinas; e no caso específico do doutorado seja reprovado no exame de qualificação ou pré-banca, de acordo com o regimento interno do Curso.

As disciplinas são categorizadas em obrigatórias (núcleo mínimo) e eletivas (formação complementar dentro da área de concentração), sendo computadas em número de créditos. A

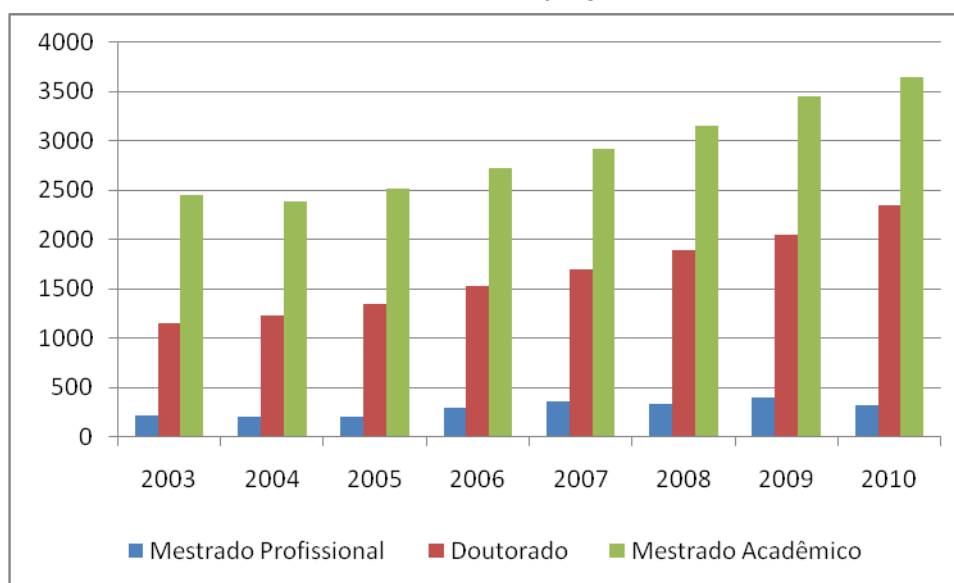
unidade de crédito corresponde a quinze horas de aulas, teóricas ou práticas. Cabe aos colegiados estabelecer o número de créditos necessários à integralização da estrutura curricular do curso, não podendo ser inferior a vinte e quatro.

3.2.5 SELEÇÃO E ADMISSÃO

A seleção para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPE é pública e regulamentada por Edital de Seleção e Admissão, sempre divulgado, assim como seus resultados, na página eletrônica do Programa. São candidatos portadores de diploma ou de certificado de cursos de graduação plena, reconhecidos pelo Ministério da Educação ou autorizados pela UFPE. Cada Edital de Seleção e Admissão determina quais diplomas de graduação são aceitos e quais pré-requisitos são necessários à participação na respectiva seleção.

O número de vagas oferecidas para cada turma de Mestrado e Doutorado é definido pelo Colegiado, considerando as recomendações da CAPES/MEC. A seleção pública de alunos para os cursos novos só é realizada após recomendação do curso pela CAPES/MEC, respeitando o número de vagas definido no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN). A seleção de alunos é vedada quando o curso obtém conceito inferior a três na avaliação do triênio realizada pela CAPES/MEC. O GRÁFICO 3.6 traz o número de alunos vinculados aos programas de pós-graduação da UFPE.

GRÁFICO 3.6 - Número de alunos vinculados aos programas - 2003 a 2010



Fonte - PROPESQ/UFPE

No ano de 2010, o número de alunos no mestrado (profissional e acadêmico) foi de 3.977 estudantes, enquanto o doutorado chegou a 2.345 alunos. No período de sete anos, o número de alunos da pós-graduação aumentou 57,5%.

3.2.6 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para obtenção de créditos e aprovação em disciplinas ou atividades acadêmicas é exigida a frequência mínima de 2/3 da carga horária correspondente. O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do curso é avaliado por meio de provas, trabalhos de pesquisa individual ou por outro processo, a critério do docente responsável, de acordo com a seguinte classificação: A - excelente, com direito a crédito; B - bom, com direito a crédito; C - regular, com direito a crédito; D - insuficiente, sem direito a crédito.

Os resultados da avaliação em cada disciplina deverão ser entregues antes do início do período letivo subsequente, cabendo ao Colegiado determinar os casos excepcionais. É da responsabilidade dos docentes o lançamento dos conceitos da disciplina no SIG@Pós.

3.2.7 TRABALHO ACADÊMICO

A Dissertação e a Tese constituem-se em trabalho final de pesquisa com caráter individual e inédito. A Tese deverá refletir a importância de sua contribuição para a área de conhecimento e a sua originalidade. Compete ao colegiado estabelecer a forma admitida de composição e formatação de dissertação e tese a ser apresentada ao programa, observada resolução específica do CCEPE.

O Colegiado designa relator ou comissão para opinar sobre problemas metodológicos ou éticos do trabalho. A apresentação, perante comissão examinadora, tem caráter público e é amplamente divulgado nos meios científicos ou artísticos pertinentes.

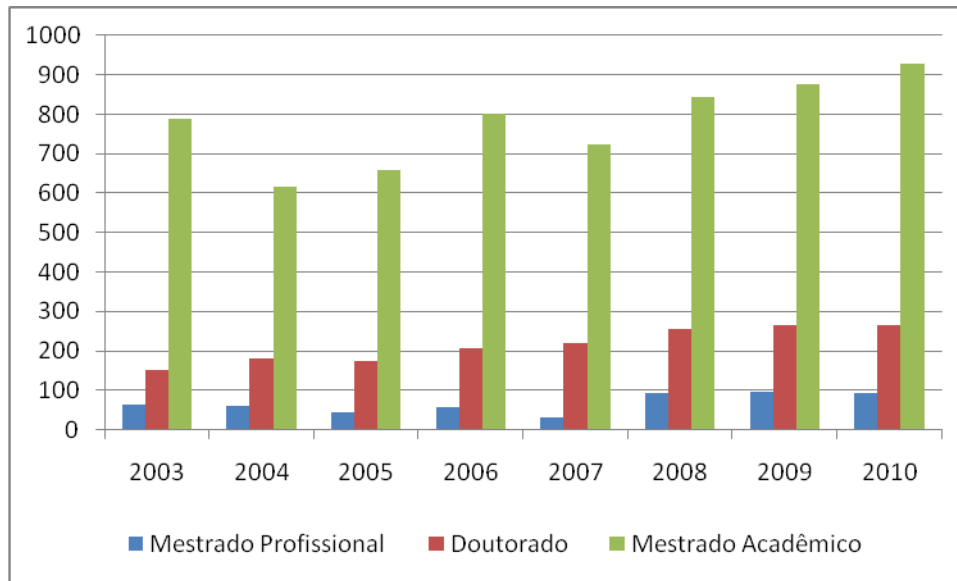
A Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado é composta por no mínimo 03 e no máximo 04 examinadores, devendo pelo menos 01 deles ser externo ao Programa. A participação do orientador ou do co-orientador na Comissão Examinadora será na forma prescrita por Regimento Interno. A Comissão Examinadora da Tese de Doutorado é composta por no mínimo 05 e no máximo 07 examinadores, devendo pelo menos 02 deles serem externos ao Programa.

Encerrado o exame, a Comissão Examinadora, em sessão secreta, delibera sobre o resultado, atribuindo ao trabalho do candidato ao grau de Mestre ou Doutor apenas uma das seguintes menções: aprovado; reprovado; em exigência. Estando em exigência, as modificações na Dissertação ou na Tese indicadas pela Comissão Examinadora, o candidato terá até 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas e, nesse caso, constará na ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a aprovação está condicionada à avaliação da nova versão segundo procedimento prescrito no Regimento Interno do Programa. Decorridos os 90 (noventa) dias, conforme prescrito no parágrafo anterior, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

O GRÁFICO 3.7 traz os números das dissertações e teses defendidas nos programas, entre os anos de 2003 e 2010. Os dados revelam uma trajetória crescente para o caso das teses de doutorado e uma tendência crescente para as dissertações de mestrado acadêmico, muito embora com pequenas oscilações no período. O número de dissertações de mestrado profissional é bastante menor, devido ao número reduzido de cursos, mas também apresenta uma tendência levemente crescente.

No período analisado, a produção de teses e dissertações aumentou em 28,4%. Em 2010, foram defendidas 927 dissertações em mestrados acadêmicos, 93 em mestrados profissionais e 267 teses de doutorado do total de 1.287 produções.

GRÁFICO 3.7 - Número de teses e dissertações defendidas nos programas da UFPE - 2004 a 2010



Fonte - PROPESQ-UFPE

3.2.8 PROFESSOR VISITANTE

A política de contratação de professor visitante da UFPE está definida na Portaria nº 21/2006, do Gabinete do Reitor. O quantitativo anual de vagas oferecidas é definido pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, observada a disponibilidade orçamentária.

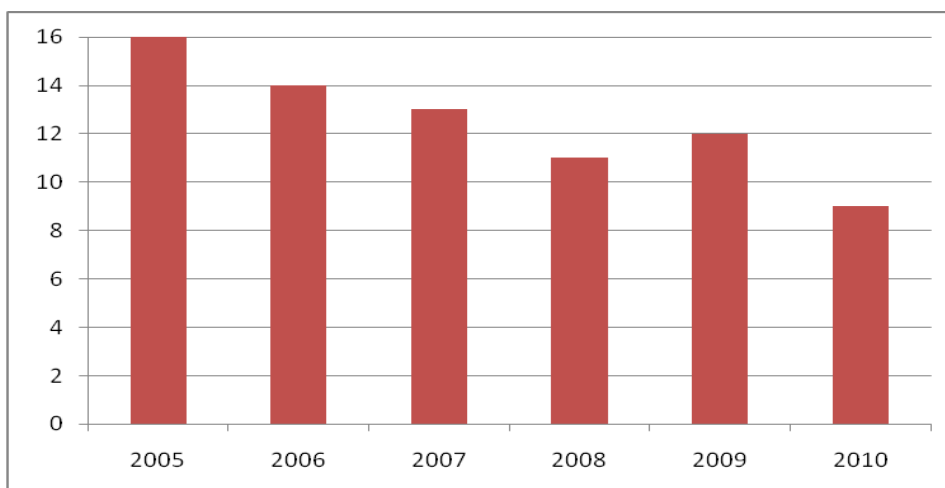
O processo seletivo é feito mediante abertura de edital, publicado no Boletim Oficial da UFPE e disponibilizado na página da PROPESQ. São itens constantes do edital: número de vagas, período de apresentação dos projetos, critérios, requisitos e documentação necessária para o processo seletivo, entre outros.

A proposta de contratação deve estar relacionada a um Projeto de Pesquisa vinculado às linhas de pesquisa do PPG ao qual estará vinculado; conter Plano de Trabalho a ser desenvolvido pelo Professor Visitante durante sua permanência na UFPE; contextualizar a linha de pesquisa à qual o Projeto esteja vinculado com relação à possibilidade de captação de recursos oferecidos por agências nacionais, Fundos Setoriais e programas de apoio à pesquisa do Governo Federal e do Estado de Pernambuco; e Conter o *curriculum vitae* atualizado do professor visitante, destacando sua produção intelectual;

As propostas são analisadas por comitês de avaliação, mediante análise comparativa, considerando os blocos distintos de cursos consolidados e cursos em consolidação. Os critérios de avaliação consideram: o impacto da proposta na melhoria do desempenho do programa; a abrangência da proposta em relação a áreas, pesquisadores e estudantes beneficiados; a viabilidade do cronograma de atividades do PV face ao período de permanência e a infra-estrutura do PPG. É ainda critério de seleção, no caso de professor visitante estrangeiro, a proficiência comprovada em português.

O GRÁFICO 3.8 traz os números da evolução da contratação de professor visitante na UFPE para o período compreendido entre 2005 e 2010. Observa-se uma diminuição da contratação da ordem de 43,7% no período, considerando que, em 2005 a UFPE contratou 16 professores visitantes e em 2010, nove.

GRÁFICO 3.8 - Número de professores visitantes da UFPE - 2005 a 2010



Fonte - PROGEPE/PROPESQ-UFPE

3.2.9 POLÍTICA DE ESTÍMULO AO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

O estágio docência é uma atividade curricular facultada aos estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em vigor desde novembro de 1999. O estágio é estimulado através de atividades de ensino, a serem desenvolvidas na educação básica e na educação superior de graduação da Universidade. Em 2009, foram realizados 458 estágios docência, entre os alunos da UFPE. Das bolsas distribuídas pela CAPES, 74 foram destinadas a atividades desta natureza, através do Programa REUNI (GeoCapes).

3.3 PESQUISA

As políticas e decisões para a pesquisa da UFPE são definidas no âmbito da Câmara de Pesquisa (CP), órgão colegiado consultivo e deliberativo. A CP é presidida pelo Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) da UFPE e tem como vice-presidente o seu Diretor de Pesquisa. Os demais membros (todos com mandato de dois anos) são indicações dos Centros Acadêmicos a partir de suas áreas de conhecimento.

3.3.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL

A UFPE tem melhorado o apoio à proteção da propriedade intelectual, através do “Manual de Propriedade Intelectual”, produzido pela DINE. Este Manual encontra-se disponível na página da PROPESQ, tendo sido disponibilizado ao público em fevereiro de 2006. Além dos procedimentos necessários para a redação e depósito de uma patente, no âmbito da UFPE e no âmbito do INPI, o Manual traz toda a legislação pertinente em vigor no Brasil e ainda sítios recomendados para maiores esclarecimentos.

3.3.2 POLÍTICA DE INCENTIVO À PESQUISA

A política definida para a pesquisa nos últimos anos na UFPE tem sido a publicação de editais, disponibilizados na página da PROPEQ (www.propesq.ufpe.br). A depender do tipo de Edital, este pode ser dirigido aos Programas de Pós-Graduação (PPGs), aos pesquisadores da UFPE, ou aos alunos regularmente matriculados em programas de Graduação e de Pós-graduação.

Através dos Editais, a UFPE tem definido apoio a: desenvolvimento de projetos de pesquisa; participação de pesquisadores, com trabalhos aprovados, nos congressos; realização de congressos na UFPE; realização de excursões didáticas; bolsa de iniciação científica institucional, além do apoio logístico para as bolsas do CNPq; e programa enxoval, dirigido ao recém-doutor.

Os Editais estão em constante aprimoramento, buscando atender a um maior número de postulantes, a promover o desenvolvimento científico social da instituição, e a premiar o mérito acadêmico. No que se refere ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, atenção especial é dada à consonância com os objetivos e missão institucionais; à promoção da integração com as atividades de ensino e extensão; e ainda que tenham impacto regional relevante.

3.4 EXTENSÃO

O órgão da Universidade responsável pela execução da política de extensão é a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), composta por dois departamentos: o de Extensão e o de Cultura. À PROEXT esta ligada a Câmara de Extensão, órgão consultivo e deliberativo, composto pelo Pró-reitor e representantes das Coordenações Setoriais de Extensão dos Centros Acadêmicos.

A atuação da PROEXT junto à comunidade universitária é intermediada pelos coordenadores setoriais de extensão que devem ser contactados, em primeiro lugar, pelos interessados em realizar alguma ação extensionista.

3.4.1 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO E DE INTERVENÇÃO SOCIAL

A UFPE identifica a extensão como uma atividade necessária para alcançar a sua missão, prevendo, para isto, o engajamento da comunidade acadêmica. É vista como parte fundamental do processo de transformação da sociedade, tanto na difusão do conhecimento quanto na busca da inclusão social. Devido à complexidade do tema que trata a inclusão social, a atividade de extensão deve ser vista como um processo de desenvolvimento de natureza educativa, científica e inter-cultural, de tal forma que possibilite a integração entre Universidade e Sociedade.

Neste sentido, diversas ações devem ser estimuladas; de um lado ações direcionadas à comunidade acadêmica, tornando-a apta e participante de uma cidadania ativa, a partir do envolvimento em projetos de extensão; e de outro lado ações direcionadas à sociedade de uma forma geral, tornando-a co-participante nos Projetos.

A UFPE busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, como atividade complementar.

No tocante às demandas do entorno social, para a integração entre Universidade e Sociedade, estas são identificadas, em sua grande maioria, nos Centros, Departamentos e Unidades Acadêmicas, conectadas com as necessidades da sociedade. São estimuladas atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, e trabalho.

3.4.2 PROGRAMAS DE EXTENSÃO

PROIDOSO - Tem como linha de ação o desenvolvimento de atividades dirigidas à clientela idosa (de acordo com a Lei nº 8.842, de 04/01/94). Constam deste programa dois subprogramas: Universidade aberta à terceira idade (UnATI), através da realização de cursos; e o Núcleo de Atenção ao idoso (NAI), com atendimento em unidade ambulatorial.

UFPE E MOVIMENTOS SOCIAIS - Objetiva a integração entre os saberes acadêmicos e sociais. Para isso, foi criado o Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais, que agrupa pesquisadores de diversos departamentos com a intenção de realizar pesquisas sobre o tema, de modo que dissertações e teses sejam realizadas sobre a temática, bem como debates, fóruns e atividades diversas junto à Sociedade. Dentro deste programa tem-se realizado cursos sobre a realidade brasileira; sobre história do pensamento socialista e libertário; e ainda cursos de educação de jovens e adultos nos Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária - PRONERA.

UFPE E POLÍTICAS PÚBLICAS - Objetiva integrar e articular as atividades acadêmicas à realidade econômica e social do estado de Pernambuco e do Nordeste, procurando, também, associar gestores municipais, governo estadual, organizações da sociedade civil e entidades públicas e privadas em um esforço conjunto para integrar as atividades universitárias às realidades econômicas, culturais e sociais.

UFPE E POLÍTICAS CULTURAIS - Busca-se o desenvolvimento da cultura em todos os seus campos democratizando, assim, o acesso à informação cultural em um movimento de mão dupla entre a UFPE e a sociedade, e vice-versa. Apoiar, em parceria com o Ministério da Cultura o Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA, o projeto Pontão de Cultura e o projeto Multicultural & UFPE. Este, com parceria firmada com a Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO PERMANENTE - Busca integrar a educação superior às educações fundamental, média e tecnológica, através de associações com as demais universidades públicas, Governo do Estado, FACEPE, COVEST e ao próprio MEC, por meio de políticas voltadas para democratizar e aumentar o acesso dos jovens egressos da rede pública ao ensino superior público de um lado e, de outro, garantir a permanência desses jovens na Universidade, de modo que eles possam concluir com sucesso seus cursos. Programas como os Pré- Acadêmicos da UFPE, Conexão de Saberes, convênio com o MEC e o Programa de Incentivo Acadêmico - Bolsa Bia, são iniciativas concretas que vêm ampliando as oportunidades para os alunos de escolas públicas ingressarem e permanecerem na universidade.

INTERAÇÃO UFPE/EMPRESA - O programa tem como objetivo promover a aproximação entre a universidade e o setor produtivo, através da realização de ações que possibilitem o enfrentamento de problemas de interesse comum. As áreas da arquitetura e da construção civil são as que têm apresentado melhores resultados.

UFPE & Valorização da Extensão - Orienta-se para o compromisso social da Universidade. De um lado, através de ações voltadas para a integração externa, da UFPE com a Sociedade, articulando-se com os Programas já lançados pela Pró-Reitoria (UFPE & Políticas Públicas; Integração Universidade & Empresa, UFPE & Políticas Culturais, UFPE & Movimentos Sociais). De outro lado, fortalecendo a integração interna da UFPE, valorizando as atividades de extensão, através da identificação das especificidades e vocações de cada unidade.

Várias são as formas de quantificar as atividades de extensão na UFPE e os dados apresentados na TABELA 3.10 a seguir inserida revelam o aumento significativo dessas atividades, destacando-se: o aumento do público atendido por projetos e do público participante de cursos e eventos atingindo em 2010, 468.851 e 72.516, respectivamente; o aumento da quantidade de docentes e de discentes envolvidos, dentre outros.

TABELA 3.10 - Quantidade das ações de extensão da UFPE - 2005 a 2010

Descrição	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Projetos Registrados	149	157	179	225	178	186
Bolsas Concedidas	200	323	308	355	388	394
Certificados Emitidos	8.585	8.474	17.057	16.691	15.909	18.787
Eventos Apoiados	178	102	98	165	134	161
Peças Gráficas Concedidas	59.918	79.994	112.842	149.226	159.553	125.799
Parcerias	138	215	206	132	196	166
Convênios/Contratos Firmados	7	5	10	9	8	6
Pessoas Capacitadas - curso	3.428	2.900	3.105	5.707	11.882	15.178
Público Atendido-projeto	118.197	132.897	184.756	386.194	468.851	441.019
Docentes Envolvidos	696	464	828	595	918	1.566
Discentes Envolvidos	1.328	4.029	3.491	1.372	1.771	8.516
Técnicos Envolvidos	146	118	239	239	200	325
Cursos Realizados	246	303	1.029	294	291	485
Eventos Promovidos	136	159	154	143	87	53
Eventos Divulgados	623	415	260	664	110	214
Programas de Rádio Produzidos	50	51	49	51	52	30
Municípios Atendidos	49	11	74	24	36	44
Prestação de Serviços (registro)	2	0	0	0	8	17
Público Participante (Cursos e Eventos)	24.959	40.138	23.156	25.955	42.586	72.516

Fonte - Elaborado a partir de dados da PROEXT-UFPE

3.5 INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO

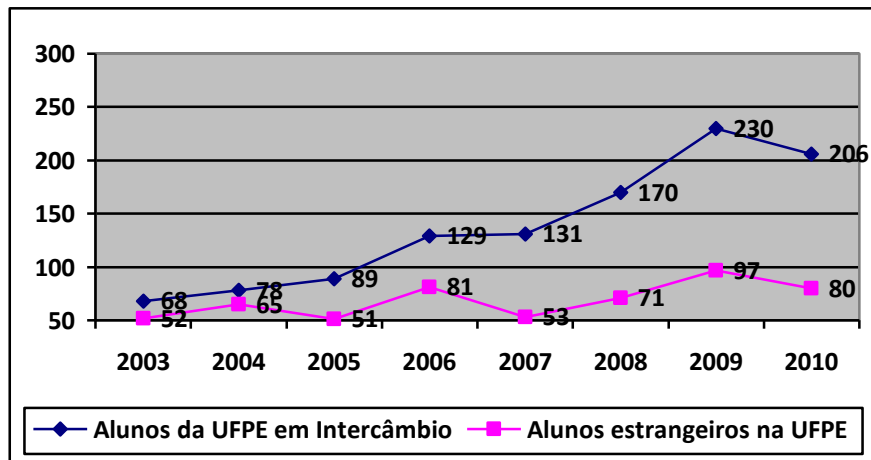
A política de intercâmbio e cooperação do conhecimento na UFPE tem sido trabalhada de forma transversal nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os editais de apoio de cada uma destas áreas têm, prioritariamente, estimulado projetos desenvolvidos com ações de intercâmbio e cooperação do conhecimento.

Em nível interinstitucional e internacional, há a Coordenação de Cooperação Internacional, órgão assessor do Gabinete do Reitor. Esta Coordenação atua na elaboração dos acordos e na orientação de alunos e professores que buscam informações sobre opções e procedimentos necessários para realizar estudos no exterior.

Existem convênios com universidades para alunos da graduação e da pós-graduação da UFPE. Os programas dirigidos à graduação se dão em duas modalidades: intercâmbio e dupla titulação. O Intercâmbio é definido para um período entre 06 meses e um ano, e a dupla titulação para um período de um ano.

Os dados apresentados no GRÁFICO 3.9 revelam a tendência de crescimento da quantidade de alunos da UFPE em programa de intercâmbio, atingindo 206 alunos em 2010 quando em 2003 eram apenas 68. Relativamente aos estrangeiros na UFPE, no programa PEC-G, estes eram 52 em 2003 e 80 alunos em 2010.

GRÁFICO 3.9 - Quantidade de alunos no programa de cooperação internacional - UFPE 2005 a 2010



Fonte - CIG/UFPE

3.6 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

As práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem não têm sido colocadas à prova junto aos alunos, que apenas de forma não sistemática, em alguns cursos, participam ativamente neste processo. Neste caso, recomenda-se a implementação da avaliação destes processos dentro do processo de avaliação do professor.

Desde o início do processo de avaliação institucional na UFPE que se tem percebido um aumento significativo do número de coordenadores que se apropriaram do conceito formal de Projeto Pedagógico de Curso (PPC), muito embora na este ainda esteja em fase de desenvolvimento. Realidade que, conseqüentemente, também vem acontecendo com os currículos.

Apesar disso, todavia, já havia sido observado na avaliação de 2006, e registra-se que ainda há um relativo distanciamento entre o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos, que precisam ser atualizados e adequados às diretrizes curriculares, em alguns casos. Este fato faz acreditar que seria oportuna a disponibilização de recursos para as coordenações a partir de um processo de autoavaliação. Neste sentido, registra-se ainda que a maioria dos cursos avaliados pelo ENADE e pelo CPC não apresentou à PROACAD de forma sistematizada um resultado do processo de avaliação dos resultados obtidos.

No que se refere à Pós-graduação *lato sensu*, registra-se uma relativa demora na entrega de diplomas, de forma que se faz necessário a informatização dos processos, para uma maior agilização. Faz-se necessário também uma melhor orientação para a formulação de projetos de cursos, tendo em vista auxiliar os interessados.

Para a pós-graduação *stricto sensu*, nota-se pouca preocupação com a missão da UFPE e pouca integração com a graduação. Há a necessidade de uma maior discussão sobre a concessão de quotas de bolsas e recursos de fomento para os programas.

Avalia-se que a UFPE não tem ainda uma política de pesquisa que estimule projetos alinhados aos objetivos e missão institucional. Além disso, não se realizou ainda um processo de avaliação dos resultados alcançados pela política de editais.

A iniciação científica pode ser melhor aproveitada no que se refere à formação do aluno de graduação. Neste sentido é importante que haja uma maior utilização pelos cursos de graduação das atividades complementares em seus currículos.

É muito importante também que haja uma maior vinculação entre a concessão de bolsas PIBIC e a participação efetiva do pesquisador no programa, inclusive como avaliador do CONIC.

4. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

4.1 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO EM NÍVEL REGIONAL E NACIONAL

As atividades de extensão se constituem num importante e eficaz instrumento institucional de integração com a sociedade para transferência de conhecimento. Além disso, ao mesmo tempo em que beneficia a população, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e defesa do meio ambiente, as ações extensionistas - que incluem atividades técnicas, científicas, culturais e assistencialistas - propiciam ao estudante a oportunidade para um aprendizado prático, desenvolvimento cultural, responsabilidade social e formação da cidadania.

Na Resolução 09/2007 são descritas seis modalidades de ação extensionista: 1) Projetos; 2) Cursos de Extensão; 3) Eventos; e 4) Serviços, 5) Programas e 6) Disciplinas de Extensão.

Projetos são definidos como ações de caráter educativo, social, desportivo, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado.

Cursos de Extensão objetivam reciclar e ampliar os conhecimentos, habilidades ou técnicas, com carga horária entre 20 e 179 horas (Atualização), bem como aprimorar ou aprofundar habilidades e técnicas em uma área do conhecimento, com carga horária mínima de 180 horas (Aperfeiçoamento), oferecidos à comunidade universitária e/ou extra-universitária.

Eventos incluem ações de caráter educativo, tecnológico, social, científico, artístico-cultural e esportivo, que propiciem o desenvolvimento, a ampliação e divulgação de conhecimentos produzidos ou reconhecidos pela UFPE.

Serviços constituem atividades de interesse acadêmico, com caráter permanente ou eventual, e incluem desde consultorias e assessorias, assistência à saúde humana e animal, até laudos técnicos, assistência jurídica e atividades de propriedade intelectual.

Programas são macros atividades extensionistas integradas às políticas institucionais por um objetivo comum, orçamento, cronograma e processo de avaliação definidos, com execução de médio e longo prazo.

Os projetos extensionistas são apoiados através de editais. O histórico dos projetos da UFPE é mostrado na TABELA 4.1.

TABELA 4.1 - Nº de Projetos Extensionistas da UFPE, submetidos e aprovados - 2005 a 2010

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Projetos Submetidos	134	215	170	161	168	168
Projetos Aprovados	90	96	92	93	130	130
Percentual de projetos aprovados	67,2	44,6	54,1	57,8	77,4	77,4

Fonte - PROEXT/UFPE

No ano de 2010 houve um aumento de 25,4% de projetos submetidos em relação ao ano de 2005, enquanto o número de projetos contemplados cresceu, no mesmo período, o equivalente a 44,4%. Esta diferença permitiu o aumento da proporção de projetos contemplados no âmbito da PROEXT e

revela o aumento da importância da extensão na Universidade. Para o ano de 2010, registrou-se um aumento em 77,4% no número de projetos aprovados.

Os projetos submetidos ao Edital 2009 de apoio a projetos extensionistas foram executados em 2009 e 2010, o que justifica, como mostram as TABELAS 4.1 e 4.2, os valores idênticos nos dois últimos anos.

Para que se faça um registro mais geral de todas as ações desenvolvidas na PROEXT foi construída a TABELA 4.2, que traz informações do número total de projetos registrados (inclusive aqueles desenvolvidos sem o apoio financeiro da Pró-reitoria), o número de cursos e o número de eventos apoiados; todos para o período compreendido entre 2005 e 2010.

TABELA 4.2 - Ações Registradas na PROEXT - 2005 a 2010

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Projetos	149	157	179	225	178	186
Nº de Cursos	246	303	1.029	294	291	485
Nº de Eventos Apoiados	314	261	252	308	134	161
TOTAL	709	721	1.460	827	603	832

Fonte: PROEXT

Registra-se, assim, que há um aumento de 4% de 2009 com relação a 2010 no número de projetos registrados. Houve um ganho positivo no período. O que também é verdade para o número de cursos e eventos.

No âmbito do impacto destas ações no estado de Pernambuco, pode-se dizer que a UFPE tem cumprido o seu papel, haja vista o número de pessoas que ressaltou, em pesquisa realizada na cidade do Recife, atividades desenvolvidas na Universidade, como a pesquisa e a extensão, e eventos culturais, como duas das quatro notícias mais lembradas (Relatório de Auto-avaliação, 2008).

Mas a contribuição da UFPE se dá num escopo muito maior do que o das ações extensionistas, pois a pesquisa desenvolvida aqui é geradora de conhecimento, tendo impacto na ciência de uma forma geral e no Brasil como um todo. Neste aspecto, destaque-se a classificação da Universidade no *ranking* nacional como uma das melhores universidades do País, em ensino (graduação e pós-graduação) e pesquisa científica, sendo a melhor do Norte-Nordeste, segundo avaliações dos Ministérios da Educação (MEC) e de Ciência e Tecnologia (MCT).

Em 2009 a UFPE mantém-se como a melhor universidade do Norte e Nordeste do País na graduação, tendo alcançado nota de 347 no Índice Geral de Cursos (IGC), instituído em 2008, o que a coloca como a 19ª universidade do País, entre instituições públicas e privadas. A UFPE obteve conceito 4, pelo segundo ano consecutivo.

O resultado do Censo 2008 do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do MCT, coloca a UFPE em 7º lugar em números de grupos de pesquisa entre as universidades do País. A Universidade tem um total de 464 grupos de pesquisa.

4.2 NATUREZA DAS RELAÇÕES COM OS SETORES PÚBLICO, PRODUTIVO, MERCADO DE TRABALHO, E COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCATIVAS DE TODOS OS NÍVEIS

As relações da Universidade com outras Instituições se dão de formas variadas. Aquelas relações de pesquisa com o CNPq ou Bolsa, com o CNPq ou com a Capes, se dão diretamente entre o Coordenador da Pesquisa, ou entre o Bolsista e a Instituição de Fomento. Em alguns casos de Bolsa de Pós-graduação, existe a interveniência do programa de Pós, que distribui e coordena essas bolsas.

Para as relações externas de uma forma geral, existe na Universidade uma Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, Fade - UFPE que é um dos principais elos entre o conhecimento

acadêmico e a sociedade, por meio de ações voltadas ao desenvolvimento educacional, cultural, tecnológico e científico. Esta fundação, regulamentada pela Resolução 02/98, tem dentre os seus objetivos, a prestação de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE e a conseqüente prestação de serviços técnicos e administrativos.

Os serviços prestado pela FADE são formalizados através de convênios, contratos, acordos e ajustes. A FADE é uma instituição privada sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, localizada próxima à UFPE. Os projetos sob sua interveniência são em diferentes áreas: Projetos Tecnológicos, Projetos de Recursos Humanos e Projetos Culturais.

Entre os Projetos Tecnológicos estão:

Projeto de Monitoramento Ambiental Integrado - MAI: O Monitoramento Ambiental Integrado (MAI) teve início no fim de 2005 e contou com a participação de 60 integrantes, entre pesquisadores e alunos dos departamentos de oceanografia, geologia e engenharia científica da Universidade Federal de Pernambuco, além de consultores e colaboradores ligados aos governos municipais. O grupo, durante três anos, percorreu 48 quilômetros de litoral de Pernambuco, da foz do Rio Jaboatão à foz do Rio Timbó, e constatou que, no período de 1974 à 2008, as construções avançaram mais de quatro metros por ano em determinados trechos. O projeto foi financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelas quatro prefeituras envolvidas na iniciativa: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. O governo federal participou com 80% dos recursos, enquanto os municípios com 20%. O MAI contou com o suporte das secretarias estaduais de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma) e de Planejamento e Gestão (Seplag), além das Agências Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) e de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe-Fidem). No começo de 2009, a UFPE apresentou um relatório científico sobre as erosões costeiras nas praias do Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes. O documento faz um balanço sobre as medidas e ações que devem ser adotadas pelos quatro municípios, em relação à erosão no litoral do estado.

Projeto P, D&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação: O projeto (desde 2006) visa diminuir a contaminação por resíduos sólidos no Aterro da Muribeca, o maior em operação no estado. O local compreende uma área de 62 hectares, com capacidade para receber em média três mil toneladas de lixo por dia. Por meio do projeto piloto para recuperação energética do biogás no Aterro da Muribeca, foi construído um pequeno aterro experimental de resíduos sólidos. A ideia é fazer a recuperação do biogás gerado no processo de decomposição do lixo, além de aproveitá-lo para geração de energia elétrica. A potência instalada do empreendimento é de 30kw, suficiente para atender às necessidades de energia do aterro, como bloco administrativo, balança, estação de tratamento de chorume, iluminação de acessos, unidades de triagem, reciclagem de entulhos e compostagem. O projeto de recuperação energética do biogás foi o primeiro desenvolvido nestes moldes no Brasil e é um dos poucos existentes no mundo. Essa alternativa de aproveitamento e a redução de emissão nos aterros, associadas à comercialização dos créditos de carbono, contribuem para uma solução sustentada da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Com isso, o Aterro da Muribeca será um centro de referência em termos de pesquisa e desenvolvimento e se tornará uma vitrine para centenas de órgãos públicos, empresas privadas e universidades que pretendem explorar a energia elétrica através do biogás. O reaproveitamento do biogás pode ser utilizado como alavanca para erradicar os lixões abertos, promover a inclusão social dos catadores de lixo e incentivar soluções sustentáveis para o problema do lixo no Brasil. O projeto piloto montado no aterro está sendo usado como modelo.

Fiscalização de postos de combustível do Nordeste: O Laboratório de Combustíveis da UFPE (LAC - UFPE) executa, desde o ano de 2000, o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A ação é executada em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Mensalmente, 40 pessoas fazem coleta nos postos de combustível. São vistoriados 20% de todos os postos de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. No total, são analisados 1,5 mil postos a cada cinco meses. A ANP usa o diagnóstico do LAC - UFPE para aperfeiçoar e aumentar a eficiência de suas ações de fiscalização. Com base nos dados obtidos pelo laboratório, uma equipe de fiscais da agência pode visitar os locais identificados como problemáticos.

Diagnóstico da dengue em três minutos: Vinte e cinco anos de estudo e o diagnóstico da dengue agora sai em três minutos. Esse é o resultado de um método desenvolvido por pesquisadores do

departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco que está sendo apoiado pela Fade desde 2005. A expectativa é que o procedimento, denominado Elinor, seja adotado em todo o Brasil a partir de 2013. Com isso, os postos de saúde poderão realizar os exames, bastando apenas um microscópio apropriado.

Projeto Pró-algas: Este projeto tem por objetivo cultivar algas das espécies gracilária e hypnea musciformis em comunidades de pescadores do Litoral Norte do estado para transforma-las em cosméticos. O estudo é idealizado por pesquisadores do departamento de bioquímica da UFPE e implementado por meio da capacitação dos pescadores. Criado em 2007, o projeto ganhou importância após a formalização de um acordo com a Farmácia Roval, para transformar a iniciativa em uma linha de cosméticos. Segundo o estudo que analisou as algas, as espécies têm aplicabilidade tanto no setor dos cosméticos quanto na indústria alimentar.

Projeto RedeNUTES: O Núcleo de Telessaúde da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) deu início à segunda fase do processo de qualificação dos profissionais dos 50 municípios que vão integrar a RedeNUTES no estado. A primeira etapa da capacitação, que qualificou profissionais de outras 50 cidades, foi realizada entre 2007 e 2008, período no qual a ação foi integrada ao Programa Nacional de Telessaúde, do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O projeto, que tem seus recursos administrados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - Fade/UFPE, consiste em implantar em uma Unidade de Saúde da Família (USF) de cada município, um computador ligado à internet, funcionando como ponte entre aquela cidade e o núcleo da rede, no Hospital das Clínicas da UFPE. Com essa ação, é possível realizar teleconsultas e webconferências, capacitando e atualizando os profissionais de saúde de todos os municípios que fazem parte do projeto. O objetivo da iniciativa é melhorar o atendimento da saúde básica nas cidades com menos recursos financeiros. Além de Pernambuco, a REDENUTES está presente em mais oito estados: Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Alguns dos Projetos de Recursos Humanos são:

PROJOVEM: é um programa nacional de inclusão de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram a oitava série do ensino fundamental. A iniciativa tem como objetivo oferecer aos jovens brasileiros a oportunidade de concluir o ensino fundamental, além de dar noções básicas profissionalizantes e desenvolver atividades comunitárias nos bairros onde os estudantes residem. O Projovem proporciona formação integral com disciplinas do ensino básico e aulas de inglês e de informática. Como incentivo cada aluno recebe mensalmente uma bolsa-auxílio no valor de cem reais. Os cursos profissionalizantes são: alimentação, esportes e lazer, saúde e serviços pessoais. As avaliações são realizadas pela coordenação do programa e pela UFPE. Durante 20 meses, os alunos estudam em escolas distribuídas por toda a cidade. As aulas são ministradas por professores e assistentes sociais contratados pela Fade.

Educação à Distância: Com o intuito de levar educação a todos os reatos do país, quebrando barreiras e disseminando conhecimento, a Fade incentiva projetos de educação por meio do apoio à Coordenação de Educação a Distância (CEAD), que tem como objetivo estimular ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A fundação viabiliza a gestão de recursos e dos processos administrativos, elementos muito importantes para o sucesso do desenvolvimento dos projetos. Atualmente, diversas ações na área de educação são desenvolvidas na UFPE com a participação da CEAD. Entre elas, o programa Mídias na Educação, que visa à implementação de cursos de nível básico, intermediário e avançado nos estados de Pernambuco e São Paulo, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP). Já o programa Escola de Gestores, oferece uma especialização em Gestão Escolar, em parceria com a Universidade Federal do Ceará - UFCE.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil incentiva os cursos de licenciatura, especialização e aperfeiçoamento em diversos pólos do interior do estado. São cursos de formação de professor nas áreas de matemática, espanhol e português. Já as especializações, se estendem aos ramos de Política e Gestão Educacional em Redes Públicas e Formação Pedagógica de Educação Profissional na Saúde. A diferença neste sistema é a forma que as aulas são ministradas. Os cursos são dados em vídeo-conferência, quebrando, assim, as restrições da exclusão digital.

Pró-letramento: Este projeto envolve as Universidades Federal de Pernambuco (UFPE), Federal de Minas Gerais (UFMG), Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade de Campinas (Unicamp) e

Universidade de Brasília (UNB). A ideia começou em 2006 quando representantes das universidades e do Ministério da Educação elaboraram uma cartilha com sete fascículos. Essas informações foram apresentadas a tutores de Secretarias de Educação de vários municípios por meio de cursos com duração de 40h iniciais e mais 56h de encontros. Após esse período, os tutores repassaram os cursos, que duraram entre seis e nove meses, aos professores da rede pública que trabalham com crianças de 1ª a 5ª série do ensino fundamental. O conteúdo dos cursos abrange assuntos envolvendo a alfabetização, ensino da língua portuguesa, produção de texto e interpretação. A intenção do projeto é fazer uma reflexão da prática de ensino. A iniciativa é importante, pois trabalha diretamente com o professor na prática, não existindo um distanciamento. Sendo assim, ação se destaca, pois estimula o trabalho coletivo na escola.

Entre os Projetos Culturais estão:

Projeto Coque Vive: Surgido em 2006, com a proposta de apagar a imagem negativa que um bairro da periferia do Recife tinha diante dos veículos de comunicação, o projeto Coque Vive começou a despontar no cenário social unindo educação e comunicação. A ação teve início com alunos do curso de jornalismo da UFPE por meio do exercício de uma disciplina. O projeto evoluiu e já passou por várias etapas, mas sempre com a perspectiva de utilizar a comunicação na relação da comunidade com a cultura. Para isso foram implantadas ações como o programa de formação de agentes de mediação sócio-cultural; a rede de comunicação e culturas: filhos e filhas do Coque; a rede de agentes de comunicação solidária; os ciclos formativos; a plataforma de intercâmbio e o mais recente, a estação digital.

Restauração da Igreja Matriz do Rosário em Goiana-PE: O projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, em Goiana, Zona da Mata Norte de Pernambuco, teve apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A igreja, construída no século XVIII e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 1983, tem estilo barroco rococó e o altar-mor talhado com pinturas sobre a crucificação de Jesus. O projeto de restauração incluiu a capela-mor e o altar do santíssimo. A igreja faz parte de um importante conjunto histórico do município.

Domingo no Campus: O projeto Domingo no Campus tem como objetivo apresentar grupos musicais de diversos gêneros, desde o erudito, passando pelas novas bandas que despontam na cena cultural local, chegando a nomes consagrados no cenário nacional. São oferecidas também oficinas infantis, feira mix e praça de alimentação. O Domingo no Campus é uma parceria da Fade - UFPE com a Pró-reitoria de Extensão da UFPE e o Centro de Convenções da universidade. O evento acontece gratuitamente no Lago do Cavouco, Cidade Universitária.

Sistema acústico da Igreja Madre de Deus: A Igreja da Madre de Deus, localizada no bairro do Recife, recebeu novo sistema de sonorização e multimídia. Os recursos para a implantação do novo sistema foram captados pela Fade - UFPE, por meio da Lei Rouanet. A reforma da igreja faz parte do projeto Monumental, uma parceria entre a Prefeitura do Recife e o Ministério da Cultura. Antes da implantação do sistema acústico, a fundação apoiou o projeto de Restauração dos Bens Móveis e Agregados. A iniciativa garantiu a restauração da Capela-Mor da Igreja, iluminação monumental e a implantação da sala de educação patrimonial.

Os Convênios Públicos¹⁴ desenvolvidos no âmbito da FADE apresentam regras específicas disciplinadas pela Instrução Normativa nº 01/97, e estão sujeitos aos procedimentos licitatórios definidos na Lei nº 8666/93, para aquisição de bens e serviços. Além dessas normas, os convênios de natureza pública devem atender às exigências da Legislação Federal, Estadual e Municipal, em vigor, e às normativas das Instituições Financiadoras dos projetos, que muitas vezes não estão pré-definidas no Termo do Convênio, mas que são vital importância para o desenvolvimento das atividades do projeto.

¹⁴Convênios públicos são aqueles celebrados com instituições públicas para realização de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos cujos recursos financeiros.

4.3 CRITÉRIOS ADOTADOS PARA AMPLIAR O ACESSO, INCLUSIVE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A ampliação do acesso à Universidade se constitui numa exigência para a expansão do ensino superior a fim de atender às diretrizes da LDB e a crescente demanda social. Outrossim, a democratização do acesso à Universidade, contemplando os menos favorecidos e os portadores de necessidades especiais, constitui um importante instrumento de inclusão social. A UFPE, através da COVEST (órgão responsável pela realização do vestibular), vem oferecendo condições para o acesso dos alunos mais carentes das escolas públicas. Nesse sentido, a isenção de taxas tem contribuído significativamente para a consecução desse objetivo.

Outra importante ação objetivando democratizar o acesso à Universidade, tem sido a concessão de condições propícias à realização das provas aos portadores de necessidades especiais. Os candidatos que requerem atenção especial são alocados num prédio exclusivo, dispondo de recursos humanos e tecnológicos adequados a sua condição. O universo desses candidatos inclui mães que deram a luz recentemente, enfermos, deficientes físicos, auditivos e visuais, e até distúrbios mentais. Uma equipe especialmente treinada fica responsável por esses candidatos, bem como uma ambulância de plantão, com médicos e paramédicos à disposição. O ambiente físico onde eles são alojados procura contemplar o máximo possível de adequação a cada tipo de necessidade.

Programas como os Pré-Acadêmicos da UFPE são iniciativas concretas que vêm ampliando as oportunidades para os alunos de escolas públicas ingressarem na universidade. O QUADRO 4.1 traz um resumo dos Programas desta natureza desenvolvidos no âmbito da Universidade.

QUADRO 4.1 - Programas Pré-acadêmicos no âmbito da UFPE por unidade de apoio

Programa	Centro/Departamento
GRUPO DE APOIO AO PRÉ-VESTIBULAR - GAP	CFCH /História
GRUPO CONEXÃO ACADEMICA - GCA	UFPE/UFRPE e de outras IES
PRÉ - VESTIBULAR ATITUDE	Centro de Educação da UFPE
PROJETO INTERAÇÃO	CFCH/Filosofia
VESTIBULAR CIDADÃO	Centro de Ciências Jurídicas - CCJ/UFPE
VESTIBULAR SOLIDÁRIO	Centro de Educação
CONEXÕES DE SABERES	Coordenação: Ana Lucia Fontes de Vasconcelos
PRÉ-ACADÊMICO PORTAL	Centro de Ciências da Saúde
PROGRAMA PROFESSORES DO TERCEIRO MILÊNIO	Departamentos de Física, Química Fundamental e Matemática/UFPE e Departamento de Física e Matemática/UFRPE
SUPERAÇÃO - CAMPUS DO AGRESTE	Centro Acadêmico do Agreste/Núcleo de Formação Docente e Coordenação Setorial de Extensão.
CAVEST	Centro Acadêmico de Vitória/ Núcleo de Pesquisa e Extensão

Fonte - PROEXT/UFPE

Além dos programas Pré-acadêmicos da UFPE, temos os programas Conexão de Saberes, convênio com o MEC e o Programa de Incentivo Acadêmico-Bolsa BIA, que objetivam aos alunos a permanecerem na instituição. A TABELA 4.3 traz um resumo do quantitativo de tais programas.

TABELA 4.3 - Ações realizadas pela instituição com o objetivo de acessibilidade e permanência dos alunos na universidade.

Tipo de Bolsas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Recursos
Apoio à Extensão	18	21	21	22	25	22	UFPE/União
Extensão	90	97	110	118	122	130	UFPE/União
Desenvolvimento Profissional	29	32	22	23	24	27	UFPE
Conexões de Saberes	27	30	29	102	72	70	MEC
Conexões/Escola Aberta		77	69	-	-		MEC
BIA	0	0	7	23	63	95	Outras
TOTAL	164	257	258	288	306	344	

Fonte: PROEXT/UFPE

Observa-se que houve um aumento de 110% no número de ações de permanência e acessibilidade nesses últimos seis anos.

Um convênio da UFPE celebrado com a FADE referente ao Projeto Especial de Desenvolvimento Institucional “Recuperação de fachadas e melhoria das condições de acessibilidade, incluindo sinalização de rota e adequação de instalações para portadores de necessidades especiais do HC/UFPE” teve início em dezembro de 2005 e foi concluído em dezembro de 2009 no valor total de R\$ 690.000,00 (PROPLAN).

Além desses, as ações extensionistas da UFPE têm-se ampliado a partir do número de bolsas concedidas. A Tabela 4.4 seguinte traz uma evolução desses números para o período compreendido entre os anos de 2003 e 2010.

Tabela 4.4 - Número de bolsas extensionistas por tipo e recurso - 2003 a 2010

Recurso	Tipo de bolsa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Tesouro	Apoio à Extensão	17	16	18	21	21	22	25	22	162
	Extensão	69	81	90	97	110	118	122	1130	1817
Próprio	Desenvolvimento Profissional	16	21	29	32	22	23	24	26	193
MEC-Sesu	Cana Brava				1					1
	Municípios Saudáveis				8					8
	Pontão de Cultura				6	6		6		18
	Pró-Nide				8					8
MEC-Secad	Conexões de Saberes			27	30	29	102	72	70	330
	Conexões/Escola Aberta				77	69				146
Outras	Cultura de Paz					2	2			4
	Emprego Jovem		276	201	199	242				918
	Mini Baja			10	10	16	22	19	10	87
	BIA					7	23	63	4.195	4.288
	Pré-Acadêmico*					26	32	46	41	145
TOTAL		102	394	375	489	550	344	377	5494	8125

Fonte: PROEXT/UFPE

4.4 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

Como destacado na política de extensão, e nos itens relatados nesta dimensão, existem diversas atividades institucionais desenvolvidas em interação com o meio social. Foram exemplificadas ações nas áreas de educação (pré-acadêmicos), saúde, lazer, cultura, cidadania (UFPE & políticas Sociais), solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico. Entretanto, deve-se destacar que não existe ainda uma avaliação sobre a forma em que estas atividades se dão, e como elas se coadunam com as finalidades institucionais.

Como relatado, existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida, a exemplo do bônus na nota do vestibular para alunos oriundos de escola pública, no caso da campus do Recife; e do bônus a nota para alunos do interior, no caso dos campi de Vitória de Santo Antão e de Caruaru.

Os portadores de necessidades especiais também recebem atenção institucional para o desenvolvimento de suas atividades. Mas apesar de desenvolver estratégias de inclusão a Universidade não desenvolve de forma institucional estratégias de intervenção destes nas aulas. Existem apenas casos que são tratado por demanda e de forma isolada. Outrossim, não há, entretanto, uma política de contratação de pessoal com necessidades especiais.

A UFPE também desenvolve ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores e captação de recursos, através da DINE (Diretoria de Inovação e Empreendedorismo), órgão ligado à PROPESQ. Muito embora deva-se ressaltar que esta é uma iniciativa recente, de forma que a legislação e os direitos e deveres destes ainda estão a ser definidos.

Existe política de formação de pesquisadores, tanto para alunos de graduação como para alunos de pós-graduação. Os Programas PIBIC e PET têm uma extensa lista de participantes em todos os Centros da Universidade.

5. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Para avaliar a Comunicação com a Sociedade da UFPE são consideradas em primeiro lugar as suas estratégias e depois os canais de comunicação utilizados. Em seguida avalia-se a qualidade da comunicação utilizada e, por fim, a imagem pública da instituição.

5.1 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação da UFPE, de forma estratégica, pode ser dividida em três grupos de ação: aquele composto pelas ações desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação da Reitoria, a ASCOM; o grupo das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Rádios e TV Universitária (NRTVU); e pelo grupo das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). Estes três órgãos são ligados diretamente ao Gabinete do Reitor, sendo o primeiro uma Assessoria e os dois últimos órgãos suplementares.

5.1.1 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

A Assessoria de Comunicação Social da UFPE (ASCOM) é responsável pela coordenação da política de comunicação da Universidade com a comunidade interna e externa. Deste modo, cabe à ASCOM o planejamento e a definição de estratégias, a execução, o monitoramento e avaliação das ações.

A Assessoria coordena as atividades de divulgação dos assuntos de interesse da Universidade para a comunidade acadêmica e para os meios de comunicação de alcance local e nacional, incluindo jornais, revistas, rádios, emissoras de televisão e a mídia especializada na Internet. Além do atendimento às demandas da imprensa em geral, gerencia a produção dos materiais jornalísticos e o trabalho dos profissionais e dos estagiários, vinculados aos cursos de Comunicação da UFPE.

5.1.2 NÚCLEO DE RÁDIOS E TV UNIVERSITÁRIA - NRTVU

O Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias (NTRVUs) da UFPE foi criado na década de 60 concomitantemente com o surgimento da Rádio Universitária AM. Ainda na mesma década, foi criada a TV Universitária.

Os primeiros programas do NTRVUs veiculados pela Rádio Universitária AM foram aqueles que propagavam o método de alfabetização do Educador Paulo Freire. Ao longo dos anos, outras produções culturais e educativas foram incentivadas e como o aprimoramento de sua infra-estrutura e investimento em novos equipamentos e tecnologias, os programas produzidos em seus estúdios passaram a ser disponibilizados em tempo real pela internet.

O Órgão Suplementar oferece ao público pernambucano uma programação diferenciada, produzida por estudantes e professores do curso de Comunicação Social da UFPE. Recebe ainda estudantes de outras de Instituição de Ensino Superior interessados em novos projetos de mídia, constituindo-se como um excelente campo de trabalho e experimentação para alunos de Jornalismo, Publicidade e Radialismo ou de outros cursos envolvidos na produção audiovisual.

5.1.3 NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) foi criado na década de 60, como Órgão Suplementar da UFPE responsável pela gestão da infra-estrutura de software e hardware; planejamento e execução da política de informática da universidade; e criação das condições favoráveis para a utilização de múltiplos canais de comunicação via internet.

5.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS

5.2.1 OS CANAIS DA ASCOM

Boletim de Notícias UFPE

É produzido diariamente em duas versões: uma para a comunidade interna e externa e outra para a imprensa, com o objetivo de que as matérias emplaquem nos meios de comunicação comerciais. Encaminhados para mais de 20.000 e-mails, o boletim reúne notícias sobre a Universidade e sua produção científica, eventos, seminários e outros assuntos de interesse geral dos professores, servidores e alunos.

Pesquisas UFPE

O boletim Pesquisas UFPE é divulgado mensalmente também via e-mail, abordando pesquisas em andamento na Universidade ou concluídas, conduzidas por mestrandos, doutorandos e professores da Instituição.

Jornal Incampus

Com oito páginas impressas, com tiragem de 5.000 mensalmente, o jornal tem como público-alvo os servidores da UFPE. O objetivo do jornal é manter professores e funcionários, de nível técnico administrativo, informados sobre assuntos de seu interesse, incluindo cursos de capacitação e os projetos que visam à melhoria da qualidade de vida. Divulga pesquisas e assuntos relacionados à gestão universitária. A distribuição é realizada em todos os setores da UFPE e a tiragem mensal é de 5.000 exemplares. Também em formato pdf, o Jornal é encaminhado para os e-mails de pessoas cadastrados.

Notícias do Campus

O boletim de rádio Notícias do Campus, iniciado na década de 90, é uma produção em parceria com o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias. É veiculado de segunda a sexta-feira, às 10h e às 15h, e aos sábados, às 9h e às 11h, com 5 minutos de duração em média, na Rádio Universitária FM (99.9 Mhz). O programa traz informações sobre cursos, pesquisas, oficinas e congressos promovidos/oferecidos pela Universidade, incluindo entrevistas com professores, técnicos administrativos e alunos.

Conexão UFPE Saúde



Este é um programa com dez anos de existência que vai ao ar todas as quartas-feiras, das 11h ao meio-dia, na Rádio Universitária FM. Aborda temas ligados à saúde, tendo como principais entrevistados médicos do quadro do Hospital das Clínicas da UFPE. Apresentado ao vivo e contando com a participação do ouvinte por telefone, em 2009 foram computadas durante o programa, aproximadamente, 1.000 ligações telefônicas. As perguntas dos ouvintes também são recebidas por e-mail e por telefone em dias e horários distintos do programa. No horário do programa a Rádio FM atinge 4.000 ouvintes.

Radar UFPE

O programa Radar UFPE estreou em maio de 2009, na Rádio Universitária AM. O informativo diário divulga os eventos que acontecem na Universidade sobre temas relacionados à educação, à cultura e à cidadania. Vai ao ar de segunda a sexta, às 7h, com duração de 10 minutos em média.

Produção de vídeos, áudios e fotos sobre a UFPE e suas atividades.

A ASCOM também coordena a produção de vídeos institucionais e áudios (reportagens) para divulgação interna e externa. Produz fotografias dos eventos, dos campi (Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru) e também dos dirigentes da Universidade.

Portal UFPE

A ASCOM é responsável pela coordenação do Portal UFPE, que engloba informações sobre as atividades e o desempenho da Universidade nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. No link “A UFPE”, há informações sobre a história da UFPE, o Estatuto e o Regimento, a estrutura funcional da Universidade e infra-estrutura do Campus, dentre outros.

UFPE na Mídia

A ASCOM também produz diariamente o *clipping* de notícias publicadas nos jornais locais (Diário de Pernambuco, Jornal de Comércio e Folha de Pernambuco), em jornais nacionais (FSP, O Globo e o Estado de São Paulo) e em sites noticiosos sobre a UFPE e assuntos correlatos. A seção UFPE na Mídia, publicada pela Agência de Notícias e alojada na *homepage* da UFPE, divulga os principais destaques do dia.

5.2.2 OS CANAIS NRTVU

Rádio AM Universitária

A Rádio Universitária AM (820 Khz) inicia a sua programação às 6h da manhã e encerra às 20h, exceto sábados e domingos, cujo encerramento ocorre às 21h. Destacamos entre os programas o “UFPE para Todos”, da Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, que conta com a participação do público.

Rádio FM Universitária

A Rádio Universitária FM (99.9Mhz) inicia a sua programação, de segunda-feira, a quinta-feira às 6h da manhã e encerra às 21h; na sexta-feira, o encerramento é a meia-noite e nos sábados e domingos, a programação começa às 7h e encerra também a meia-noite. Destacamos entre os programas aqueles vinculados à ASCOM, citados no item 4.2.1.

TV Universitária

Foi criada com o objetivo de oferecer à população uma programação diversificada e que proporcionasse aos estudantes de comunicação um espaço onde pudessem colocar em prática os conceitos aprendidos na sala de aula.

A TV possui, atualmente, rede banda larga e de iluminação fria nos estúdios televisivos, além de equipamentos modernos como teleprompter, mesa de áudio e ilha não-linear para edição e pós-produção. A TV Universitária integra a Rede Pública de Televisão (RPTV), que é formada a partir

Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (Abepec). No total, 22 emissoras fazem parte deste conjunto de canais, que juntos alcançam um público de 98 milhões de telespectadores em todo o Brasil. A programação da TVU, Canal 11, que também é acessada via internet, de domingo a domingo, das 8h às 1h30min, e possui uma programação formada por programas diários, semanais e mensais produzidos pela própria emissora ou retransmitidos de outros canais educativos por meio de parcerias.

A TVU possui diversos programas diários, semanais e mensais.

5.2.3 OS CANAIS DO NTI

NTI@tende

Oferece ajuda no esclarecimento das dúvidas sobre a Rede UFPE e sobre todos os serviços ligados à Tecnologia da Informação da Universidade. O atendimento ao usuário é feito por telefone.

Automação das Bibliotecas

Implantação do Sistema de Automação da Biblioteca Central e das 12 Bibliotecas Setoriais, contribuindo para melhorar a eficiência dos serviços de empréstimos, renovações, reservas de livros para a comunidade acadêmica, como também, a pesquisa bibliográfica.

Sig@UFPE

O Sistema de Informações e Gestão Acadêmica - Sig@, que atende às necessidades operacionais e gerenciais da UFPE, é o principal portal digital de informação da comunidade interna. O acesso por senha privativa permite a entrada do usuário no seu perfil funcional, que pode ser de aluno egresso, de discente de graduação/pós-graduação, de coordenador de ação, de docente, de técnico administrativo, etc. Dentre as ações que podem ser feitas pelo Siga estão a matrícula, a matrícula vínculo, a modificação de matrícula e o trancamento *online*, o que vem substituindo gradativamente os procedimentos presenciais. Os dados pessoais, a situação acadêmica, o histórico escolar, o aproveitamento acadêmico, o perfil curricular x histórico escolar e Perfil do curso são disponibilizados permanentemente aos estudantes pelo Sistema. Está consolidado também no Siga a avaliação de desempenho anual dos técnicos administrativos que permite o acesso exclusivo do chefe imediato e do servidor interessado. A partir de 2007, a autoavaliação, a avaliação do chefe imediato e avaliação de subordinados podem ser efetuadas ou consultadas de qualquer computador conectado à internet.

Siga@Processo

Implantação do novo sistema de tramitação digital de processos administrativos que substituirá gradativamente a tramitação manual. Até o momento, 12 tipos diferentes de processos foram implantados no Sig@Processo: afastamento para exercer atividade política: com ônus e sem ônus para a instituição; auxílio natalidade; auxílio saúde; incentivo à qualificação; licença gala; licença nojo; licença para tratar de interesse particular; licença paternidade; solicitação de licença prêmio por assiduidade; progressão por capacitação e certidão de tempo de serviço. Os servidores estão passando, desde a implantação do Siga@Processo, por treinamentos, assim como foi elaborado um manual de circulação interna voltado aos procedimentos que devem ser adotados para a utilização plena dos recursos do novo sistema.

Webmail UFPE

É um sistema que permite verificar o correio eletrônico por meio da "World Wide Web" (www) e de consultá-lo de qualquer ponto, mesmo que esse se encontre centralizado no servidor, sem a necessidade de instalar e depois configurar clientes de correio.

Proxy

O NTI disponibiliza o serviço de acesso remoto fora dos campi da Universidade ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para ter acesso ao Portal de Periódicos da Capes, é preciso entrar no Sig@ e cadastrar uma senha (diferente da utilizada no Sig@) que será solicitada sempre que o browser direcionar o acesso ao portal. As instruções para configurar o browser estão em um tutorial que pode ser acessado pelo endereço: <http://www.nti.ufpe.br/capes>.

Hospedagem de homepages

Por meio do seu Núcleo de Multimídia, o NTI presta serviços de hospedagem de homepages para páginas da UFPE. É de responsabilidade do setor de multimídia o desenvolvimento da página oficial da Universidade, além da criação e hospedagem das páginas de diversos setores e projetos da UFPE. Em 2007, a universidade passou a contar com novos serviços de correio eletrônico e de hospedagem e acesso a portais e páginas.

Administração de Recursos Computacionais

Os assuntos relacionados à nova geração de Serviços de Tecnologia da Informação e da Comunicação (ngTIC-UFPE) e a todo o parque computacional da UFPE são de responsabilidade do Núcleo de Tecnologia da Informação. É o órgão complementar que administra a rede da Universidade, o que inclui desde a parte física da rede (computadores, cabos, entre outros) à instalação de softwares e supervisão das homepages hospedadas pela UFPE. Entre 2004 e 2007, a velocidade do backbone e do acesso via RNP decuplicou, passando de 100 Mbps para 1 Gbps. Além disso, foi implantado o serviço de segurança de rede e de gerenciamento automático. Como resultado dessas iniciativas, o NTI garantiu uma melhor velocidade de conexão local e a redução dos riscos de quebra de segurança.

5.3 QUALIDADE DA COMUNICAÇÃO

Os canais de comunicação da UFPE, de modo geral, funcionam plenamente e estão efetivamente comprometidos com a missão institucional. Preservam a unidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, conforme está prevista no Capítulo I, art. 4º, do Estatuto da UFPE.

Os materiais jornalísticos disponibilizam a comunidade interna e externa as informações necessárias ao entendimento dos procedimentos para o acesso às diversas modalidades de ação, tais como: cursos, seminários, projetos, serviços, bolsas, programas, etc.

Não há informações sobre a audiência dos programas veiculados pelas Rádios e TV Universitária, exceto, segundo o ASCOM, no horário das 11h ao meio-dia, quando a Rádio FM é ouvida por 4.000 pessoas. A programação das três mídias, quando aberta ao público, conta sempre com a participação do ouvinte, a exemplo dos Programas “Opinião Pernambuco”, veiculado pela TV Universitária e “UFPE para Todos”, da Rádio AM Universitária.

Apesar da priorização da comunicação por canais digitais e que visam integrar os diversos setores da Instituição, os meios convencionais impressos de comunicação (Ofícios, comunicação interna, memorandos, convites, manuais, resoluções, portarias, avisos, folders, atas, etc.) continuam existindo em todos os setores da UFPE. Entretanto os mesmos, frequentemente, são disponibilizados no meio eletrônico se o objetivo for atingir um número maior de interessados.

Dentre os materiais impressos ainda entregues ao estudante ingressante está o Manual Acadêmico. Este Manual é o principal informativo sobre as normas relativas às atividades curriculares da graduação. Entretanto, de acordo com funcionários de Escolaridade, este Manual, apesar de ser bom, é incompleto, por não trazer informação sobre muitas das ações desenvolvidas no âmbito das escolaridades. E também, segundo experiência relatada por funcionários e Coordenadores de Curso, é pouco lido pelos alunos, que buscam orientação sem antes ter lido o conteúdo deste Manual. Em contrapartida, as Coordenações de Curso recebem da PROACAD uma encadernação com as principais resoluções que tratam das questões relativas às Coordenações de Curso.

De forma geral, a Assessoria de Comunicação da UFPE considera a comunicação - no que diz respeito à ASCOM, boa, uma vez que é possível atestar - ainda que de forma empírica - a repercussão do

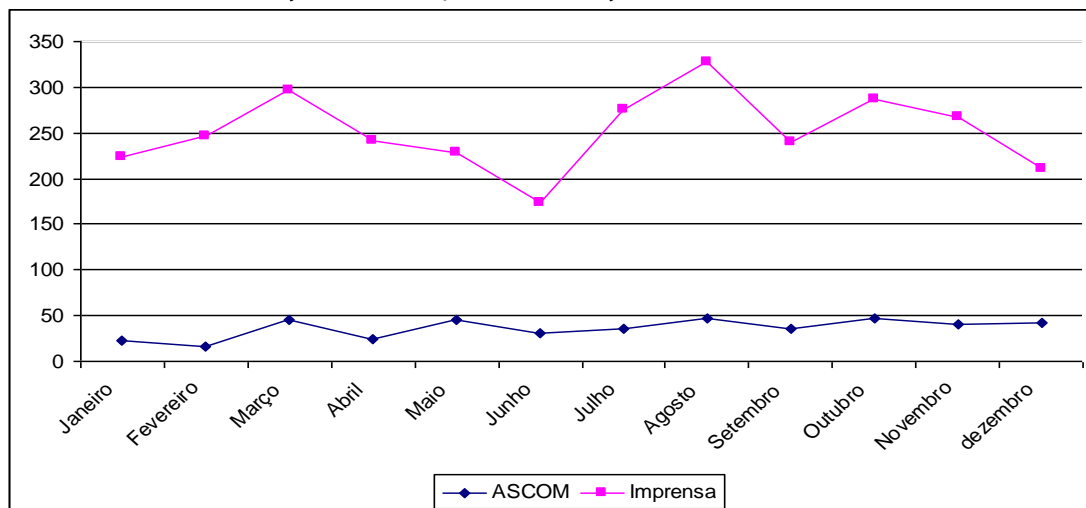
trabalho da assessoria. Todavia, entende a Assessoria, este serviço poderia ser muito melhor se contassem com ferramentas mais interativas e eventos que promovessem a comunicação.

No ano de 2009, não foi aplicada nenhuma pesquisa sobre a eficiência da comunicação na UFPE. Entretanto, está previsto para o ano de 2010, em parceria com a ASCOM, o desenvolvimento de um instrumento de coleta de dados que permita mensurar os impactos e a eficiência dos canais de comunicação, assim como que aponte as deficiências a serem corrigidas.

5.4 IMAGEM DA INSTITUIÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

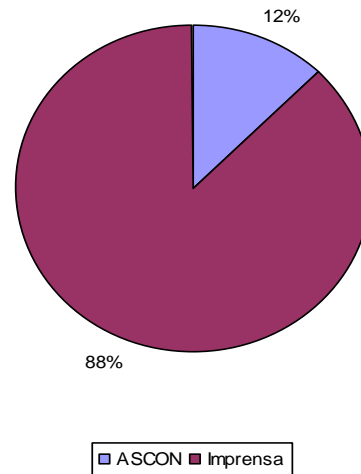
Segundo a visão da Assessoria de Comunicação da UFPE, a imagem pública da UFPE nos meios de comunicação social é positiva. Fica claro que os assuntos relativos à UFPE são sempre merecedores de destaque, como pode ser visto nos GRÁFICOS 5.1 e 5.2, onde observa-se que a imprensa naturalmente busca informações da UFPE muito mais que a própria ASCOM encaminha para a imprensa. Nem mesmo eventuais matérias negativas - que invariavelmente abordam temas como problemas no Hospital das Clínicas, falta de segurança no campus e carência de investimentos e de pessoal - são capazes de abalar o prestígio da Universidade, reconhecida pela mídia e sociedade como a melhor do Norte-Nordeste.

GRÁFICO 5.1 - Motivação da Mídia pelas informações da UFPE - 2010



Fonte - ASCOM-UFPE

GRÁFICO 5.2 - Proporção do Número Informações da UFPE pela Mídia em 2010

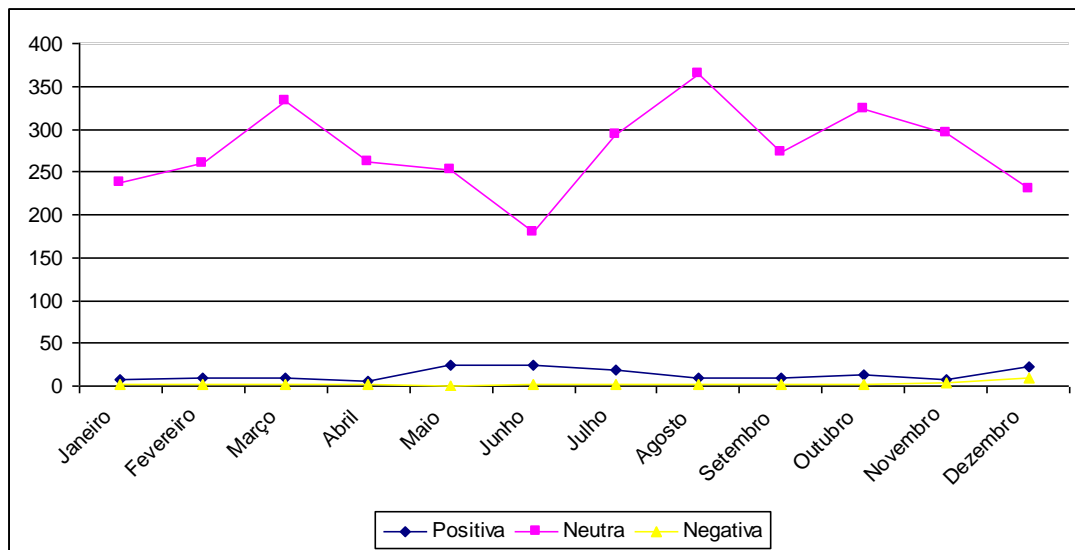


Fonte - ASCOM-UFPE

Até o dia 31 de dezembro de 2010 foram publicadas, na imprensa local, 3.460 notícias em formato de notas, matérias e artigos, dentre os quais 1.425 pelo Jornal do Comércio; 1.138, no Diário de Pernambuco e 897 na Folha de Pernambuco. No quesito demanda, das pautas da Assessoria de Comunicação da UFPE, foram publicadas 431 matérias, artigos e notas referentes a concursos, cursos em diversas áreas, matérias especiais em pesquisas e, principalmente relacionadas aos novos cursos, beneficiados pela verba do Reuni. Com relação às pautas geradas pela Imprensa local, registram-se artigos, notas, colunas e matérias em que professores e técnicos da UFPE são entrevistados, autores ou personagens, e de iniciativas outras.

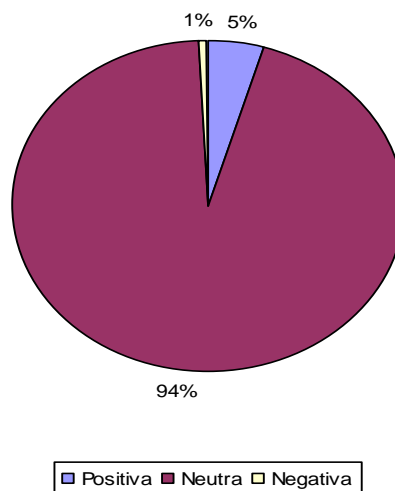
No quesito Conotação, as neutras somam 3.312 sendo, em sua maioria, notas sobre cursos, social e colunas específicas. Na conotação positiva, que somam 162 matérias, estão temáticas relacionadas aos novos cursos, às iniciativas com enfoque social, tais como Domingo no Campus, cursos gratuitos, notas da avaliação do MEC. Cotadas como negativas, foram publicadas 27 notas, cartas e matérias que citam a situação do HC, do Laginho, a falta de segurança no campus e as barracas instaladas em seu entorno, sobre o Núcleo de TV e Rádio, Enem e vestibular da UFPE entre outras. As informações relativas a este tema estão dispostas nos GRÁFICOS 5.3 e 5.4.

GRÁFICO 5.3 - Conotação das matérias da UFPE veiculadas pela imprensa em 2010



Fonte - ASCOM

GRÁFICO 5.4 - Proporção da Conotação das matérias da UFPE veiculadas pela imprensa em 2010.



Fonte - ASCOM

O registro desta imagem é feito através de clipagem diária de jornais impressos e eletrônicos. Além disso, a Assessoria de Comunicação da UFPE monitora o que é divulgado nas TVs abertas, mantendo registro sobre este monitoramento.

5.5 OUVIDORIA INSTITUCIONAL

Está para ser aprovada pelo Conselho Universitário a Resolução que cria a Ouvidoria da UFPE. A votação está prevista para o primeiro semestre de 2011. Mas já existem experiências em Ouvidorias em três setores da Instituição.

Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT: A ouvidoria da Proext tem aproximadamente uma década de atuação e objetiva conhecer o grau de satisfação e a avaliação que o usuário faz do atendimento e dos programas, projetos e locais onde são desenvolvidas as atividades extensionistas. A equipe que atua diretamente na ouvidoria é formada por um técnico administrativo, na qualidade de Responsável, e bolsistas. O contato da comunidade interna e externa da-se por e-mail, pelo site da PROEXT ou pessoalmente. Cabe à (o) Pró-Reitor (a) a apuração das denúncias. O usuário, caso queira ter acesso ao resultado das apurações e solução dos problemas apontados, devem informar nome, endereço, telefone e e-mail de contato. Em outras situações motivacionais, como, por exemplo, sugestões e elogios ao atendimento em quaisquer seções da Pró-Reitoria, cabe ao responsável direcionar imediatamente as avaliações aos setores interessados.

Hospital das Clínicas - HC: A Ouvidoria do Hospital das Clínicas é um canal de comunicação da unidade de saúde com a comunidade na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos do usuário/cidadão. A sua função é registrar queixas, críticas, elogios e sugestões para, a partir daí, buscar soluções, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços e eficiência do Hospital. O serviço funciona no andar térreo do Hospital e a equipe de trabalho é formada por uma Ouvidora e uma recepcionista. O contato com a Ouvidoria da-se por e-mail ou por telefone.

Centro de Ciências Sociais e Aplicadas - CCSA: É um órgão vinculado à Diretoria, criado em 2006, para atuar como um canal direto de comunicação, diálogo e interação entre todos os que participam da comunidade CCSA. O serviço é oferecido aos professores, técnicos administrativos, alunos e usuários e a equipe de trabalho é formada por dois Assistentes em Administração. Em seu papel de agente catalisador de idéias, a Ouvidoria visa gerar ações destinadas à satisfação do usuário (interno e externo). Objetiva a eficiência da gestão por meio da identificação e busca de soluções de possíveis problemas existentes, do encaminhamento de sugestões recebidas para análise e efetivação e divulgação dos aspectos positivos na prestação de serviços. As mensagens recebidas pessoalmente, por telefone e por e-mail, assim como os dados do usuário, são confidenciais e não são atendidas solicitações anônimas. Após recepção, os procedimentos adotados internamente para chegar à solução do problema apontado pelo usuário é o encaminhamento da denúncia ao interessado para análise e pronunciamento sobre o assunto em pauta. O mesmo ocorre em outras situações motivacionais como sugestões e elogios.

Outros serviços: Existe também nas homepages da UFPE, das seis Pró-Reitorias, dos 12 Centros Acadêmicos, dos nove Órgãos Suplementares e da Agência de Notícias (ASCOM) o link “Contato”, que sintetiza os dados mais importantes para o atendimento ao público em geral: endereços, telefones e e-mails institucionais. Na página principal da Instituição há ainda o link “Fale Conosco”, cuja função é receber os comentários, as sugestões e as reclamações do público em geral, cuja identificação do usuário no formulário disponível é obrigatória.

A partir do monitoramento, iniciado em Agosto de 2008, para identificação dos assuntos e problemas de maior interesse tanto para o público interno e externo da Universidade, identificam-se a maior freqüências dos seguintes temas no ano de 2010:

- Diplomas de graduação de outras Instituições;
- Matrículas;
- Acesso ao siga;
- Livros publicados por professores e pela Editora Universitária;

- Vestibular e Extravestibular;
- Consultas sobre monografias, artigos e trabalhos publicados por pesquisadores;
- Intercâmbio entre Universidades estrangeiras;
- Validação de Diploma;
- Residência Médica;
- Solicitação de contato com professores;
- Dados sobre pesquisas;
- Visita e aluguel de espaço no Campus;
- Orientação quanto aos cursos, especialmente medicina e engenharia.
- Residência para estudantes;
- Informações sobre cursos de mestrado, especialização, extensão (especialmente Pré-Acadêmicos) e à Distância;
- Informações sobre professores, alunos e técnicos;
- Programas de Assistência;
- Acesso a serviços de saúde
- Participação voluntária em programas de pesquisa.

Todos os e-mails foram respondidos e/ou encaminhados aos setores responsáveis por cada temática. Foi obtido retorno positivo em forma de agradecimento por parte de alguns remetentes. Percebe-se que há uma dificuldade em navegar pela página e encontrar os temas atualizados e/ou telefones e e-mails nos sites. No ano destacou-se a procura do Fale Conosco para assuntos do Vestibular.

6. POLÍTICA DE PESSOAL

6.1 PLANOS DE CARREIRA: CRITÉRIOS E REGULAMENTAÇÃO

6.1.1 CARREIRA DOCENTE

O Plano de Carreiras para os docentes da UFPE é regulamentado pela Lei nº 7.596/87 e pelo Decreto 94.664, de 23 de julho de 1987, que instituem o PUCRSE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Instituições Federais de Ensino Superior. Mais recentemente foram postas complementações e pequenas alterações, regidas pelo que está disposto na Lei nº 11.344/2006 e pela Portaria nº. 07, do Ministro de Estado da Educação, de 29/06/2006.

Há na UFPE a Resolução nº 04/2008, que regulamenta este Plano de Carreira. Nesta resolução está prevista a progressão por desempenho acadêmico entre as classes de professor (Auxiliar, Assistente, Adjunto e Associado) e dentro delas (1, 2, 3 e 4). A avaliação para progressão nestes casos incide sobre os seguintes grupos de elementos, com diferentes pesos, a depender do Centro Acadêmico ao qual o professor esteja vinculado: atividade de ensino; produção científica, técnica ou artística; atividades de extensão universitária; titulação ou capacitação acadêmica; atividades de administração acadêmica ou universitária.

A progressão para professor Titular se dá através da realização de concurso, regido pela Resolução 03/2006, aberto também ao público externo. A realização deste concurso é dependente do número de vagas abertas pelo Governo Federal para a Universidade particularmente. Na UFPE, a alocação das vagas criadas de professor Titular se dá por Centros Acadêmicos, a partir de uma regra aprovada no âmbito do Conselho Universitário. Esta regra leva em consideração, entre outras coisas, a produtividade acadêmica dos professores do Centro. A distribuição entre os Departamentos ou professores do Centro depende de regra a ser definida no âmbito de cada Centro.

6.1.2 CARREIRA DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Para o caso do funcionário Técnico-administrativo, vigora a Lei nº 11.091, de 11.091, de 12 de janeiro de 2005; regularizada por meio dos Decretos presidenciais 5.824 e 5.825, de 29 de junho de 2006, que apresenta proposta de progressão por capacitação e por mérito profissional. A regulamentação, na UFPE, deste Plano de Carreira, é feita pelo Programa de Capacitação e Qualificação.

6.2 PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Os Programas existentes na UFPE podem ser divididos em dois diferentes grupos: o de qualificação profissional e o de qualidade de vida.

6.2.1 PROGRAMAS E PROJETOS EM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

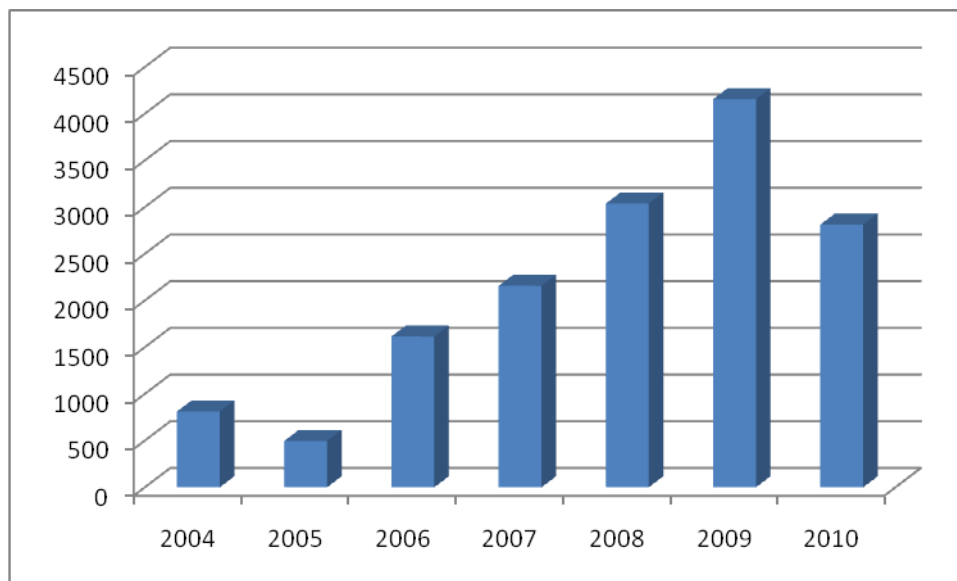
O **Projeto Universidade do Servidor** tem como objetivo a atualização permanente dos servidores técnico-administrativos e docentes, para o melhor desempenho de suas atividades, bem como aquisição de novas habilidades, atendendo assim, a missão da UFPE. Foram capacitados cerca de 2.750 servidores em cursos de atualização, seminários, participação em congressos e reuniões similares, durante o período de janeiro 2000 a julho 2003.

A parceria com a Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco e do NUPEP - Núcleo de Pesquisa e Ensino em Educação Popular do Centro de Educação desta Universidade permitiu o aprimoramento das atividades de **Complementação à Escolaridade dos Servidores da UFPE**, sendo eles avaliados e certificados no primeiro e segundo graus pela UFPE, passando também a ter direito à carteira de estudante, o que elevou a participação e auto-estima dos integrantes, com maiores vantagens globais. Cerca de mil servidores participam ou participaram elevando seu nível de escolaridade. Salientamos ainda que, a partir de 2003, foram incluídas as destinações de 10% das vagas dos cursos de pós-graduação Lato sensu para os servidores da UFPE, e também, foram reservadas vagas para cursos *stricto sensu*.

Em termos de servidores engajados em projetos de capacitação dentro dos processos de qualificação e requalificação profissional, o GRÁFICO 6.1 revela o crescimento do período entre 2004¹⁵ e 2010. Há, como se pode observar, um grande crescimento do número de servidores beneficiados por este processo, que reflete tanto o desejo de renovação e atualização dos mesmos quanto, principalmente a partir do ano de 2006, a aprovação do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos da Universidade. Durante todo o período referido, registram-se 12.274 capacitações no total.

¹⁵ 2004 foi o ano de início do projeto de qualificação dos servidores no âmbito da UFPE.

GRÁFICO 6.1 - Número de servidores da UFPE capacitados - 2004 a 2010



Fonte - a partir dos Relatórios de Gestão da UFPE - 2004 a 2009

Para o ano de 2010 havia uma meta prevista de capacitação de 2.100 servidores, mas o total de servidores capacitados foi de 2.813, tendo este total englobado os servidores do Hospital das Clínicas.

6.2.2 PROGRAMAS E PROJETOS EM QUALIDADE DE VIDA

A **Universidade do Servidor** e o **Projeto Colégios Parceiros** são iniciativas das Diretorias de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, e se destacam por mostrar que é possível trabalhar conjuntamente em áreas que, até há pouco tempo, tinham visões bastante distintas. São projetos que conseguem, simultaneamente, compatibilizar e atender às suas duas principais missões: Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida.

O **Projeto Colégios Parceiros** objetiva realizar parcerias com Colégios da rede privada do Recife para captação de bolsas na Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio, Pré-vestibulares e cursos de Línguas, com descontos que variam de 10% a 100%, para os filhos, dependentes legais dos servidores UFPE e para os próprios servidores, dependendo do caso. São mais de 9.000 bolsas oferecidas pelos Colégios Parceiros, não sendo preenchidas na sua totalidade, o que levou a ampliação do Projeto para os filhos de alunos UFPE e familiares de servidores, para os colégios que assim concordaram nos Termos de Compromissos.

O NASC - Núcleo de Atenção a Saúde Comunitária, desenvolve **programas de prevenção e tratamento de saúde**, atendendo mais de 10 especialidades médicas, destacando: Clínica Médica, Cardiologia, Colposcopia, Ginecologia, Mastologia, Urologia, Pediatria, incluindo também, Nutrição, Psicologia, Medicina do Trabalho e Junta Médica.

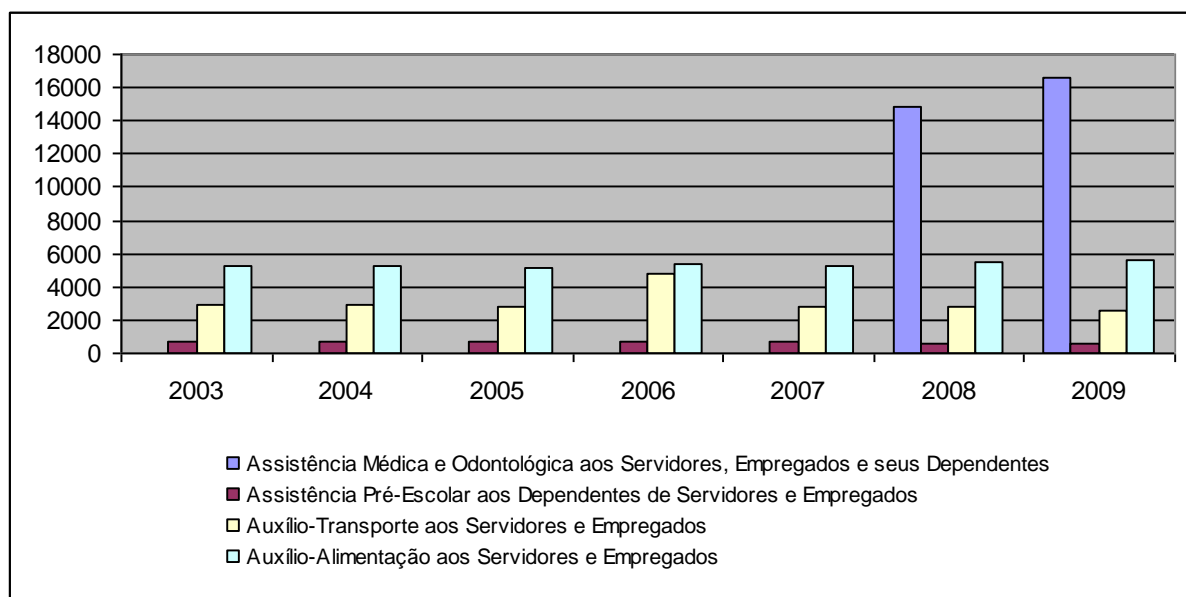
A **Feira de Qualidade de Vida** é um projeto que visa apresentar e discutir temas relevantes para a melhoria da qualidade de vida do servidor em sua visão ampla. Ou seja, busca disseminar o conceito de que a qualidade de vida não está apenas relacionada à saúde física, mas também tem a ver com uma busca constante da realização do ser humano e da sua valorização enquanto pessoa. Busca-se levar o servidor a se conscientizar da importância de vivenciar intensamente todas as dimensões de sua realização pessoal e profissional, almejando uma saúde plena, que inclui diversos aspectos relacionados à sua saúde emocional, física, social, profissional, espiritual e intelectual.

A primeira Feira de Qualidade de Vida da UFPE foi realizada em 2001, nas áreas interna e externa da Biblioteca Central. As demais, uma a cada ano, aconteceram no Centro de Convenções, devido ao amplo espaço e melhor infra-estrutura para palestras e seminários. Mais uma vez, efetivou-se contatos com empresas parceiras que tratam da saúde, beleza, relaxamento, exames preventivos, orientação nutricional, dentre outras, para divulgarem suas atividades e realizarem exames diversos inteiramente grátis para a Comunidade UFPE, em especial nas áreas de saúde preventiva, transformações estéticas, ginásticas, emissão de documentos, massagens e orientações no trânsito.

O **Programa de Relaxamento e Harmonia** foi criado em 2003 tem em sua essência a busca por uma maior integração social dos servidores da Reitoria, a descontração no ambiente de trabalho e ginástica laboral. É mais uma iniciativa na orientação e promoção de atividades para a melhoria da qualidade de vida dos servidores da UFPE.

O GRÁFICO 6.2 traz a distribuição dos valores gastos institucionalmente com os servidores em alguns dos programas acima descritos. Observe-se que no ano de 2009 iniciou-se uma nova forma de assistência (médica e odontológica), que vem representando desde então os maiores gastos relativos. Estes valores revelam que há um grande número de servidores beneficiados, juntamente com os seus dependentes; entretanto, deve-se ressaltar que, no ano de 2009 e segundo o Relatório de Gestão deste ano, os gastos efetivos foram inferiores aos valores previstos no Orçamento para este fim. Certamente estes números refletem uma ainda baixa adesão dos servidores aos planos propostos pela Universidade, o que pode levar a uma reflexão sobre a abrangência e formato dos planos; todavia, deve-se considerar que esta é uma iniciativa nova na UFPE, que teve seu início apenas no ano de 2008 e que provavelmente ainda precisa de tempo para atingir a sua plenitude.

GRÁFICO 6.2 - Distribuição de benefícios pagos aos servidores da UFPE entre os anos de 2004 e 2009



Fonte - A partir dos Relatórios de Gestão 2003 a 2009.

6.3 RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE ESTUDANTES DOS CURSOS E OS RECURSOS HUMANOS EXISTENTES

O Corpo Docente da UFPE tem sofrido mudanças quantitativas e qualitativas significativas. Do ponto de vista quantitativo, destaca-se uma realidade, tanto relativa quanto absoluta (a partir de 2001), de diminuição de seu quadro efetivo. A contração do quadro é um reflexo da política nacional anterior recente de redução de gastos com a educação superior, que, entre outras ações, tem impedido a ocupação das vagas liberadas pela aposentadoria dos docentes de uma forma geral. A

impossibilidade legal de contratação de docentes efetivos dá margem à contratação de professores substitutos, alternativa mais barata e que não cria vínculo empregatício para a Universidade, mas que também apresenta uma queda desde 2003.

A TABELA 6.1 traz para o período entre 2003 e 2010 a relação entre alunos/docentes e técnicos administrativos docentes da UFPE. É possível observar a tendência de elevação para o caso da primeira relação até o ano de 2009 e a queda em 2010, mas a relativa constância para o caso da segunda relação no período.

TABELA 6.1 - Número de alunos e técnicos administrativos por docente - 2003 a 2010*

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alunos/Docentes	14,35	14,5	15,5	16	15,63	17,02	17,2	10,57
Téc. Adm/Docentes	1,03	1,07	1,1	1,03	0,96	1,04	1,02	1,78

Fonte - PROPLAN/UFPE

Na relação alunos/docentes do ano de 2010 está computado apenas o número total de alunos dos cursos de graduação, mas esses dados precisam ser revistos e equiparados aos critérios que foram adotados nos anos anteriores.

6.4 MECANISMOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Toda contratação se dá por concurso público. A página da UFPE, inclusive, traz ainda os Editais dos concursos realizados recentemente, tanto para professores como para técnicos administrativos.

As avaliações do docente pelo discente, do docente pela coordenação do curso e a autoavaliação docente estão em fase de implantação e a previsão é que elas ocorram a partir do ano de 2011. A Avaliação de desempenho do servidor (técnico ou docente) da Universidade já acontece desde o ano de 2007 sob a condução da PROGEPE e está em fase de implantação no Sistema.

7. GESTÃO INSTITUCIONAL

7.1 MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão é a forma como a Universidade integra seus Planos e Planejamentos estratégicos à sua estrutura organizacional. Neste sentido, em primeiro lugar, observa-se a adequação do modelo pelo cumprimento dos objetivos e projetos institucionais. Em linhas gerais, pode-se dizer que, apesar do engessamento da máquina UFPE (burocracia e necessidade de revisão do estatuto e regimento) há relativa adequação, uma vez que os principais objetivos da instituição, de melhoria dos resultados de suas atividades fins, foram atingidos.

As áreas consideradas como estratégicas na UFPE tiveram uma evolução bastante positiva nos últimos anos, como o que se revelou para: a cooperação Nacional e Internacional; a Inserção Regional e, sobretudo, a interiorização da Universidade, com a criação de dois *Campi*. Dentro das áreas principais destacam-se as ações empreendidas para: participação da comunidade na definição das políticas; ampliação dos programas de pós-graduação; promoção do uso de tecnologias aplicadas ao ensino, através dos Editais; integração do ensino, pesquisa e extensão, através da criação de resolução específica sobre a creditação das atividades de pesquisa e extensão no ensino; qualificação de professores do ensino básico; ampliação da participação do alunado nas atividades de pesquisa; favorecimento da multi e interdisciplinaridade na pesquisa; e melhoria do apoio à proteção da propriedade intelectual.

Há coerência entre a estrutura organizacional oficial e a realmente utilizada, pois há o cumprimento de todas as instâncias deliberativas da Universidade nas decisões tomadas. Pode-se dizer que todas as decisões tomadas seguem os trâmites legais da Universidade; mais do que isso, cabe ressaltar a existência de um amplo processo de consulta aos órgãos, mesmo os não deliberativos.

7.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.2.1 ESTRUTURA ORGÂNICA¹⁶

A Administração da UFPE é exercida por órgãos normativos, deliberativos e consultivos e pela Reitoria como órgão executivo central. Os Órgãos Deliberativos Superiores são: CONSELHO UNIVERSITÁRIO, CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e CONSELHO DE CURADORES¹⁷. A Reitoria (um Reitor, um Vice-Reitor, e um Vice-Reitor Substituto) é apoiada por seis Pró-Reitorias (PROACAD, PROPESQ, PROEXT, PROGEPE, PROGEST e PROPLAN)¹⁸ na implementação das políticas estabelecidas pelos Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade e pela Administração Federal.

¹⁶ Esta seção foi atualizada do Relatório de Avaliação Institucional, 1998.

¹⁷ A constituição e atribuições destes órgãos estão descritas na seção 3.1.2.

¹⁸ As responsabilidades de cada uma destas Pró-reitorias são discriminadas no decorrer deste PDI.

Existem duas diferentes estruturas administrativas e acadêmicas na UFPE, uma para o campus do Recife e uma para os *campi* do interior. Em Recife existe uma estrutura de Departamentos, coordenados por dez Centros, de acordo com a área de conhecimento. Os Centros, que têm a finalidade de integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada área, são: ARTES E COMUNICAÇÃO; CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; CIÊNCIAS DA SAÚDE; CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA; CIÊNCIAS JURÍDICAS; CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; EDUCAÇÃO; FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS; INFORMÁTICA; TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS.

Os dez centros compreendem 72 Departamentos. Como a menor fração da estrutura universitária, o Departamento é o órgão que congrega em uma área específica do saber, do ponto de vista didático-científico e administrativo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades acadêmicas de cada curso ou projeto desenvolvem-se mediante a cooperação dos Departamentos de um mesmo ou diferentes Centros.

Nos *campi* do interior, que foram definidos como Centros Acadêmicos, diferentemente do Recife, estão localizados os Núcleos Acadêmicos, estes cumprindo o papel de aglutinação das grandes áreas, sem, contudo, conter a segmentação por Departamentos. No *campi* de Vitória existem os seguintes Núcleos: Enfermagem; Nutrição, Licenciatura em Ciências Biológicas; Educação Física; e de Pesquisa e Extensão; e no Centro Acadêmico do Agreste existem os seguintes Núcleos: Design; Formação Docente; Gestão; e Tecnologia.

A Universidade, para melhor desempenho das suas múltiplas tarefas, dispõe dos seguintes Órgãos Suplementares, subordinados diretamente ao Reitor: PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA; BIBLIOTECA CENTRAL; EDITORA UNIVERSITÁRIA; HOSPITAL DAS CLÍNICAS; NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO; NÚCLEO DE SAÚDE PÚBLICA; LABORATÓRIO DE IMUNOPATOLOGIA KEIZO ASAMI; NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA; NÚCLEO DE HOTELARIA E TURISMO.

Além desses órgãos, encontram-se também subordinadas ao Reitor as Assessorias de Comunicação Social, Cooperação Internacional, Cerimonial e Educação a Distância.

7.2.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Os diversos níveis de órgãos colegiados da UFPE estão definidos, em suas formações e competências, no Estatuto da Universidade. Para o caso da instância superior da Universidade, os órgãos deliberativos, normativos, e consultivos são: Conselho Universitário; Conselho de Administração; e Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. O Conselho de Curadores é um órgão de fiscalização econômico-financeira da Universidade.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO: é constituído pelos integrantes do conselho de administração e do conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão, e pelos ex-reitores (art. 16 do Estatuto). É o órgão colegiado de instância máxima da Universidade, cabendo a ele, entre outras coisas e de acordo com o Art. 19 do Estatuto, apreciar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pelo conselho administração ou pelo conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão, nos casos de infringência da lei; e decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer dos centros, por motivo de infringência da legislação de ensino, deste estatuto, e do regimento geral.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: é constituído pelo reitor (presidente); vice-reitor; pró-reitores; ex-reitores; diretores e vice-diretores dos centros; representantes das classes do magistério; representantes dos estudantes de graduação e pós-graduação; e representantes das classes empresariais. (Art. 20). De acordo com o artigo 21 do Estatuto, compete ao Conselho de Administração, entre outras coisas, exercer a jurisdição superior da universidade em matéria administrativa e financeira, ressalvada a competência do conselho de curadores.

CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: é constituído pelo reitor, como presidente; vice-reitor; pró-reitores; representantes do conselho departamental de cada centro; representantes dos coordenadores de curso (graduação, ensino básico, e pós-graduação); representantes dos estudantes (graduação e pós-graduação). Compete ao conselho coordenador de

ensino, pesquisa e extensão exercer a jurisdição superior da universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão. É composto pelas seguintes câmaras: Câmara de admissão e ensino básico; Câmara de graduação; Câmara de pós-graduação; Câmara de pesquisa; Câmara de extensão.

CONSELHO DE CURADORES: é constituído por representantes do conselho de administração; conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão; do corpo docente; do corpo discente; do Ministério da Educação e Cultura; e da comunidade. Tem como competência, entre outras, aprovar, em conjunto com o conselho de administração, o orçamento da universidade; e a prestação anual de contas apresentada pelo reitor.

Em cada Centro Acadêmico da Universidade, como órgão consultivo e deliberativo, tem-se o **CONSELHO DEPARTAMENTAL**. Em seu artigo 46, o Estatuto define que o Conselho Departamental será integrado pelo diretor, como seu presidente; pelo vice-diretor; pelos chefes de departamentos; coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação em que a maioria das disciplinas seja ministrada pelo Centro Acadêmico; e por representante do corpo discente. No parágrafo terceiro, define-se que o Conselho Departamental poderá dividir-se em Câmaras cuja composição e funcionamento serão disciplinados no Regimento da Unidade.

Os Departamentos, por sua vez, desempenharão funções deliberativas e consultivas, em nível de **COLEGIADO PLENO**, com todos os seus docentes em exercício e um representante do corpo discente.

No artigo 63 do Estatuto encontram-se as definições dos **COLEGIADOS DE CURSO**, de graduação e pós-graduação, visando a integração dos estudos e a coordenação didática. Os colegiados serão compostos dos docentes que ministrem as disciplinas do curso. O colegiado terá um coordenador e um vice-coordenador.

7.2.3 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Do ponto de vista organizacional, e entendendo-se atividades acadêmicas como todas as atividades fins da Universidade, destacam-se a PROACAD, a PROPESQ, e a PROEXT como os principais órgãos de apoio acadêmico da UFPE. Deve-se destacar ainda o Sistema de Informação e Gestão Acadêmica (SIG@), sistema integrado de apoio e implementação da política acadêmica e de gestão administrativa da UFPE, através de seus módulos de ensino de graduação e pós-graduação.

A **PROACAD** (Pró-Reitoria para assuntos acadêmicos) trata exclusivamente das questões relativas ao ensino da graduação, sendo dividida em três departamentos: Controle Acadêmico (DCA), Desenvolvimento do Ensino (DDE), Assuntos Estudantis (DAE). Os departamentos mais ligados à atividade acadêmica são o DCA e o DDE; ficando o DAE responsável pelos programas e ações que promovam a assistência estudantil e a permanência do estudante na UFPE.

O **DEPARTAMENTO DE CONTROLE ACADÊMICO (DCA)** tem como responsabilidade o planejamento, a supervisão e a execução das atividades acadêmicas, por intermédio de duas Coordenações: Corpo Discente e Apoio Acadêmico.

A Coordenação do Corpo Discente é responsável pelo atendimento a todos os alunos e ex-alunos de graduação da UFPE, bem como ao público interessado em cursar disciplinas isoladas e/ou ingressar na graduação da UFPE. A Coordenação de Apoio Acadêmico realiza o controle das Bolsas de Auxílio ao Ensino (BAE), de Monitorias (BMO), de Iniciação à Docência (BID), de Apoio Acadêmico (BAA), bem como da Monitoria Voluntária. Além das bolsas acima mencionadas, há também sob sua responsabilidade os Estágios Curriculares e extracurriculares. São as seguintes atribuições dessa Coordenação: analisar as solicitações de bolsas; receber e registrar as frequências dos bolsistas e monitores; fornecer declarações; Preparar folha de pagamento mensal; Atender e orientar às empresas para formalização dos termos de Convênio Estágios Curriculares (assinatura de convênio); Providenciar o encaminhamento para o seguro de Acidentes Pessoais referente aos alunos estagiários; Registrar semestralmente o levantamento e acompanhamento dos alunos que realizam estágios curriculares; Identificar junto às Empresas conveniadas as disponibilidades de vagas oferecidas para o encaminhamento juntos as coordenações de cursos.

O DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (DDE) assessora o Pró-Reitor na coordenação geral dos cursos de graduação e na coordenação de atividades docentes através de ações, projetos e programas institucionais que conduzam à melhoria do ensino de graduação, à qualificação do corpo Docente e à avaliação da qualidade da graduação. É composto de três coordenações: cursos de graduação, currículos e programas, e atividades docentes.

A Coordenação dos Cursos de Graduação tem como finalidade prioritária fixar diretrizes gerais para análise e reformulação dos currículos dos cursos de graduação. Dentre suas atribuições destacam-se: orientar e supervisionar os coordenadores dos cursos quanto as modificações curriculares; estimular estudos em relação aos currículos vigentes na UFPE; manter atualizado o cadastro de disciplinas e currículos; responsabilizar-se pela guarda dos programas de disciplinas desenvolvidos pelos cursos de graduação; manter atualizado o catálogo dos cursos da UFPE; emitir parecer técnico sobre solicitações de modificações curriculares; assessorar as coordenações de cursos nas avaliações internas e externas.

Compete a Seção de Currículos e Programas as atividades de análise e acompanhamento dos Processos de Reformulação dos Currículos dos cursos de graduação: Destacam-se, ainda, dentre suas funções as seguintes tarefas: elaborar os cadastros de disciplinas (CADI); implantar e manter atualizado os cadastros e currículos; conferir os perfis dos cursos de graduação; preparar a composição dos colegiados dos cursos; preparar e atualizar a planilha das cargas horárias dos cursos..

A Coordenação de Atividades Docentes tem como uma das suas principais responsabilidades, o controle e manutenção atualizada das informações sobre os processos referentes aos professores efetivos e substitutos. Compete, ainda, a essa Coordenação as seguintes atribuições: acompanhar e controlar os cadastros referentes aos professores substitutos; emitir parecer técnico sobre a distribuição de carga horária docente nos diversos departamentos acadêmicos, para fins de remoção, transferência, mudança de regime de trabalho e abertura de concursos para novos docentes; acompanhar o plano anual de trabalho dos docentes conforme determina a legislação vigente; preparar e atualizar a planilha de carga horária docente; dar suporte ao Departamento de Desenvolvimento do Ensino no que diz respeito a docente.

Para atuação direta junto aos cursos e alunos existem as Coordenações de Curso e seus Colegiados, e as Escolaridades.

A PROESQ (Pró-reitoria de Pesquisa) trata das questões relacionadas à pesquisa e à pós-graduação da universidade, assessorando o Reitor nestes assuntos, no âmbito interno e externo a universidade. É composta por três diretorias: Pesquisa (DPQ); Inovação e Empreendedorismo (DINE); e Pós-graduação.

A DIRETORIA DE PESQUISA (DPQ) realiza o planejamento, a coordenação e a fiscalização das atividades de pesquisa que envolvem os projetos e os grupos de pesquisa da universidade. Para a consecução de seus objetivos a Diretoria dispõe de uma Coordenação Geral de Iniciação Científica, de um Setor de Bolsas de Pesquisa e de uma Divisão de Grupos de Pesquisa.

A DIRETORIA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO (DINE) desenvolve a política de integração tecnológica e proteção ao conhecimento, atuando nos processos de: fomento à criatividade e inventividade na UFPE; suporte às missões de intercâmbio envolvendo Ensino e Pesquisa; proteção dos interesses de propriedade intelectual da universidade e de seus funcionários. Para a consecução de seus objetivos a Diretoria dispõe de duas coordenações: Proteção ao Conhecimento e Transferência Tecnológica.

A DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (DPG) realiza o planejamento, a coordenação e a fiscalização das atividades de ensino que dizem respeito à pós-graduação, nos diversos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Para a consecução de seus objetivos, a Diretoria dispõe de uma coordenação, duas divisões e um setor: Coordenação Geral de Cursos e Programas de Pós-Graduação; Divisão de Cursos e Programas de Pós-Graduação; Divisão de Acompanhamento e Capacitação Docente; Setor de Bolsas de Pós-Graduação.

A PROEXT (Pró-reitoria de Extensão) apoia, acompanha e registra as atividades extensionistas da UFPE, e tem como instância deliberativa superior a Câmara de Extensão, a quem compete "estabelecer políticas, diretrizes, estratégias específicas e planos de ação, além de acompanhar e produzir sistemas de avaliação da produção extensionista da Universidade".

As atividades de extensão são regulamentadas pela Resolução 09/2007 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta Resolução define extensão como o elo de integração das atividades universitárias com os diversos segmentos da comunidade externa.

A PROEXT é composta por dois departamentos: o de Extensão e o de Cultura.

O DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO (DEX) encarrega-se de implementar as políticas e diretrizes de extensão, bem como apoiar e supervisionar programas de integração Universidade-Sociedade. Ao Departamento estão ligados a Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS), a Coordenação de Formação Contínua (CFC), a Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE) e o Programa do Idoso (PRÓ-IDOSO).

O DEPARTAMENTO DE CULTURA (DEC) articula políticas culturais que atendem a preservação do patrimônio artístico da UFPE, a promoção e difusão das atividades culturais desenvolvidas pela comunidade acadêmica integrando-as aos meios de produção de bens culturais do Estado. Fazem parte do DEC o Memorial da Medicina (MM), Instituto de Arte Contemporânea (IAC) e a Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CDC), estes dois últimos funcionam no Centro Cultural Benfica, que além deles, abriga o Teatro Joaquim Cardozo, a Livraria Benfica, o Setor de Acervo e Documentação e os Projetos Especiais.

A atuação da PROEXT junto à comunidade universitária é intermediada pelos coordenadores setoriais de extensão que devem ser contactados, em primeiro lugar, pelos interessados em realizar alguma ação extensionista.

O **Sistema Acadêmico SIG@** foi desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPE. Em nível dos Cursos de Graduação, este sistema fornece uma série de ferramentas gerenciais a serem trabalhadas pela Diretoria de Controle Acadêmico da PROACAD, pelas Coordenações de Curso, professores, e pelos próprios alunos. Cada dirigente específico, professor, ou aluno, tem um perfil definido para o seu nível de decisão; neste sentido, existem perfis de acesso definidos para Coordenador de Curso, Diretor do Controle Acadêmico, Professor, Aluno, entre outros.

É através deste sistema que o professor informa as notas de suas disciplinas, podendo definir seu sistema próprio de avaliação ou adotar o sistema padrão da UFPE. É facultado também ao professor informar as presenças e faltas dos alunos à disciplina.

Pelo sistema, o aluno tem acesso às suas notas (e à média observada da turma), que são mantidas em privacidade, e às informações gerenciais para a sua vida acadêmica, como seu histórico escolar, média geral, grade curricular, tempo restante para conclusão do curso, entre outros. Estas mesmas informações, aliás, são também disponíveis ao Coordenador de Curso, que pode acompanhar o aluno “de perto”.

O Coordenador do Curso, que visualiza o Curso como um todo, pode observar o andamento das disciplinas de uma forma geral, durante o decorrer do semestre, e ao fim dele. Ao final de cada semestre é possível obter informações sobre número de reprovações (por falta e por nota), número de aprovações e as disciplinas que mais reprovam ou aprovam. É possível ainda identificar os alunos que ultrapassaram o prazo médio de conclusão do curso e as dificuldades que estes alunos estão tendo em termos de desempenho nas disciplinas.

Estão em fase de desenvolvimento: a de criação de um ambiente para cada disciplina, no qual seja possível a obtenção por parte do aluno de informações relativas ao Plano de Ensino e ter uma interação maior com o professor e turma; a estrutura física disponível para cada disciplina.

8. INFRA-ESTRUTURA

A Universidade Federal de Pernambuco possui três campi: o do Recife, situado no bairro da Cidade Universitária, o de Caruaru, no Agreste, e o de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata. Juntas, essas unidades se constituem num dos maiores e mais valiosos patrimônios que UFPE possui. O campus mais tradicional da UFPE é o do Recife, criado em 1948, dois anos após a fundação da Universidade do Recife, que deu origem à atual instituição. Em 2006, como resultado do processo de interiorização da Universidade, surgiram os campi de Caruaru e Vitória.

A infraestrutura da Universidade Federal de Pernambuco está em contínua e constante renovação, que se dá através da substituição de móveis e equipamentos obsoletos, de sua ampliação, e até mesmo da simples recuperação de parte destes equipamentos e edificações. No que se refere a este último item, a UFPE empenhou, em 2009, o equivalente a R\$ 200 mil tendo em vista a preservação de acervos do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), cujo prédio data do século XIX e é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A finalização destas ações empenhadas dar-se-á no ano de 2010.

O campus do Recife é um dos mais belos territórios universitários do Brasil. Em 1975, a UFPE tinha 154 mil m² de área construída. Atualmente, esse número é de 410 mil m². Além dos prédios e do Centro de Convenções (que é dotado de teatro, auditório, salas de convenções e videoconferência e um estacionamento com capacidade para 120 veículos), ele abriga um amplo espaço com lago, área verde e pista de atletismo. A Universidade investe neste espaço de convivência coletiva a partir da plantação de mudas de árvore e da coleta seletiva de lixo. É nesta área verde onde se encontra o Restaurante Universitário.

O Restaurante Universitário-RU da UFPE, situado no Campus Recife, começou a funcionar no primeiro semestre letivo de 2011. O espaço ocupa uma área de 1.292 m², na Avenida dos Reitores, e oferecerá 3.800 refeições diárias, subsidiadas, a estudantes carentes, além de ter o objetivo de congregar os alunos de diversos centros, fortalecendo a convivência na Universidade. Para implantar o RU foram investidos recursos extraorçamentários oriundos do Ministério da Educação no valor de R\$ 4,5 milhões em obras e equipamentos. Estão garantidos R\$ 3 milhões do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para o funcionamento no ano de 2011.

O Restaurante tem capacidade de atender, simultaneamente, 550 pessoas sentadas: são 135 mesas, havendo disponíveis 540 cadeiras nas mesas e 10 cadeiras sobressalentes. Serão oferecidos 3.000 almoços diários, de segunda a sexta-feira, das 11h às 14h, e 800 jantares, das 17h às 19h. Ao final de um ano, terão sido ofertadas 919.600 refeições por ano (3.800 refeições por dia x 22 dias por mês x 11 meses). Nos meses de janeiro, não há funcionamento.

Foram selecionados 1.500 alunos para a isenção total no almoço e 1.500 para a isenção parcial no almoço. No jantar, a proporção é a mesma: dos 800, 400 terão isenção total e os outros 400 terão isenção parcial.

O projeto arquitetônico, de autoria do arquiteto Enio Eskinazi, da PCU, é moderno trazendo novas metodologias no preparo dos alimentos - o processo cook chill. Pelo processo, é possível produzir grandes quantidades de alimentos com antecedência, podendo atender a um número crescente de pessoas. A conservação dos alimentos preparados é feita por refrigeração. Na hora do consumo é feito o processo de regeneração para, depois, acontecer a distribuição. O RU conta com uma equipe composta por uma nutricionista e mais dois assistentes de administração para supervisionar o

funcionamento e a execução do contrato com a empresa vencedora da licitação responsável pela oferta das refeições.

O restaurante dispõe de infraestrutura completa para a preparação dos alimentos e ainda um grande espaço, com ventilação natural, onde serão servidas as refeições. Esta área conta com duas entradas, com catracas eletrônicas (em fase de instalação) e três saídas, para áreas de convivência, ao lado.

O consumo médio previsto é de 700 gramas de alimento por pessoa (em média 1.200 Kcal), o que cobre 60% das necessidades totais do dia. A estimativa está baseada na idade, na atividade do usuário e também no tempo de permanência deste no RU.

A instituição criou o Centro Municipal de Educação Infantil Professor Paulo Rosas, uma creche com capacidade para atender 150 crianças, de zero a cinco anos de idade.

A unidade reserva 50% de suas vagas para filhos e dependentes de alunos e servidores da UFPE e 50% para crianças das comunidades vizinhas ao campus do Recife. A creche possui salas de aula, berçário, lactário e fraldário. As crianças participam de atividades específicas de acordo com a sua faixa etária. Além de propiciar atendimento pedagógico e de saúde a centenas de crianças, o local funciona ainda como um laboratório de estágios para estudantes da UFPE.

As ações desenvolvidas para garantir uma convivência no Campus da UFPE são gerenciadas pela Prefeitura da Universidade. É essa instância que cuida para que a manutenção dos serviços ocorra de maneira satisfatória. A segurança nos campi é realizada a partir da execução do Plano de Segurança Institucional. É através dele que a Universidade adquire viaturas e equipamentos e promove a capacitação dos agentes que integram seu Grupo Tático Operacional. As ações preventivas e ostensivas são também realizadas por meio de parcerias entre a Universidade e o Governo do Estado. A UFPE investe em sinalização indicativa e no controle do tráfego por parte dos agentes de segurança.

9. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliação e Planejamento fazem parte de uma mesma diretoria na UFPE, estando, assim, intimamente ligados. Os Planos Plurianuais e o Plano de Desenvolvimento Institucional são elaborados tendo como base o Relatório de Avaliação, o qual se faz de forma contínua tendo em vista a recondução do Planejamento realizado.

Dois processos de avaliação devem ser conduzidos no âmbito da DAP:

a) O primeiro tem por base os parâmetros estabelecidos pelo SINAES, no sentido de identificar se a Universidade tem cumprido o seu papel de instituição pública de ensino superior. Neste caso cabe avaliar o seu desempenho na formação profissional e acadêmica de seus alunos; a sua inserção e promoção do desenvolvimento em nível regional e redução das desigualdades sociais; e o nível de satisfação de seus colaboradores, entre outros. É deste processo de avaliação que devem surgir as ações propostas para o planejamento institucional. Os indicadores desta avaliação são estabelecidos por padrões na maior parte das vezes de forma externa à UFPE

b) O segundo processo de avaliação refere-se ao acompanhamento e avaliação do planejamento, tendo em vista a identificação do grau de cumprimento das metas estabelecidas. Os indicadores desta avaliação são estabelecidos internamente porque se referem ao grau de alcance das metas estabelecidas pela própria comunidade acadêmica.

São atribuições da DAP a condução de sete ações vinculadas ao Programa de Avaliação Institucional, como parte do Plano de Ação, a saber:

- 1) Autoavaliação dos cursos de graduação com a finalidade de estimular e apoiar os cursos de graduação a realizarem processos de autoavaliação;
- 2) Avaliação da imagem institucional relativa aos impactos das ações da Universidade a partir da visão da sociedade da região em que se insere;
- 3) Avaliação de egressos com a finalidade de criar um canal de ligação permanente com o ex-aluno para que se possa acompanhar, através da posição ocupada pelos egressos no mercado de trabalho, a adequação da formação fornecida pela Universidade por intermédio de seus diversos cursos;
- 4) Consolidação dos resultados da avaliação docente no acompanhamento do desempenho do professor em sala de aula por curso e área de ensino;
- 5) Divulgação e discussão do relatório de avaliação 2009/2010 quanto aos resultados da avaliação na UFPE;
- 6) Realização da avaliação institucional 2010 com a finalidade traçar um retrato diagnóstico das principais fraquezas, fortalezas e desafios institucionais, além de levantar sugestões de ação;
- 7) Sistematização da avaliação do desempenho dos funcionários da Universidade para identificar ineficiências administrativas.

9.1 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

A missão e os objetivos da UFPE estão bem definidos, traduzindo a amplitude de conhecimentos da universidade e a sua responsabilidade social. Entretanto, não há completa apropriação dos mesmos pela comunidade acadêmica. A falta de apropriação destes conceitos já vem sendo relatada nos Relatórios de Autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de 2006 e de 2009. A cultura de utilização destes documentos como referência em todas as instâncias, decisões e documentos setoriais tem se dado de forma lenta. Faz-se necessário, assim, uma maior divulgação, mas, sobretudo a sua indicação, por parte da Administração Central, como documento de referência para as ações internas à Universidade.

Registra-se que há uma assessoria de comunicação na Universidade, e que esta assessoria atua de diferentes formas na divulgação da informação. Entretanto, não há um órgão na UFPE de centralização das informações, de forma que por vezes se torna difícil a obtenção de determinadas informações, não só por parte de setores externos à Universidade, mas até mesmo internamente. Por este motivo existe ainda muita restrição para avaliação da obtenção de metas e objetivos.

Isto porque, entende-se, a questão da comunicação deve ser superior à questão da divulgação.

Nas páginas de diversos departamentos da UFPE, assim como nas Pró-reitorias têm os e-mails e ramais dos professores, coordenadores de cursos e chefes de Departamentos, pró-reitores, diretores e coordenadores que facilita a comunicação interna. Deve-se estimular para que todos os seguimentos assim o façam. A Assessoria de Comunicação começou esta ação no ano de 2009.

Recentemente a PROGEPE realizou um reenquadramento dos funcionários, necessitando que se realize um redimensionamento de cada setor da Universidade.

Não existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos docentes com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função. Assim como não existe uma avaliação de clima e cultura institucional de forma sistemática.

A experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional. Isto porque em sua maioria os funcionários da UFPE são antigos, detentores de experiência e conhecimento da UFPE, apresentando grande sintonia com a instituição.

Observam-se com clareza que existem, na Instituição, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões, que são os órgãos colegiados, em suas diversas instâncias. Estes órgãos permitem a participação, por sua representação, de todas as classes e centros acadêmicos da universidade. Efetiva-se, assim, uma gestão de forma relativamente descentralizada. Entretanto, o que por um lado se apresenta de forma bastante positiva, pelas possibilidades de discussão que engendra, por outro se apresenta por vezes de forma negativa, pela falta de agilidade no andamento de alguns processos. Neste sentido, tem se levantado a necessidade de revisão do Estatuto e do Regimento da Universidade.

As instruções normativas da UFPE (estatuto, regimento, organogramas, portarias, resoluções, normas acadêmicas) estão formuladas e disponíveis para consulta em sua grande maioria na página da Universidade. Entretanto, não há uma homogeneização na apresentação destas instruções, ficando difícil o acesso por parte do interessado.

Os sistemas de arquivo e registro da UFPE são ainda ineficientes no sentido de prover informação e agilizar o andamento dos processos. Neste sentido devem ser registrados os encaminhamentos junto ao SIGA (Sistema de Informação e Gestão Acadêmica) para as questões administrativas: siga processos, siga planejamento.

Existe planejamento das atividades da instituição, as quais acontecem em distintos níveis: planejamento estratégico, plano de desenvolvimento institucional e plano de ação anual. Dentro destes processos observa-se que existe a possibilidade de melhoria contínua dos mesmos: o PDI, por exemplo, deve ser realimentado pelos planos de ação, que são anuais. Além disso, está previsto dentro do próprio plano de ação anual a revisão e alteração do planejamento, quando este se fizer necessário, através da realização de acompanhamento por sistema desenvolvido exclusivamente para este fim.

A melhoria contínua, desta vez não do planejamento em si, mas da Instituição, é possível através da relação que se estabelece entre a avaliação e o planejamento. Na UFPE, observa-se o uso da avaliação institucional como ferramenta básica do planejamento realizado.

Existe na UFPE um relativo consenso de que só através da auto-avaliação seja possível melhorar. Entretanto, existe alguma desconfiança quanto à utilização dos resultados. No sentido de identificar o tamanho exato desta desconfiança, e as suas principais motivações, não foi realizada ainda nenhuma pesquisa. Todavia, através das reuniões realizadas com a comunidade, em qualquer um dos momentos do processo de avaliação, estão feitos os registros desta desconfiança, ou porque não se dá continuidade aos processos, ou pelo receio de ações punitivas.

Pode-se dizer que a autoavaliação institucional na UFPE ainda se encontra em fase de sensibilização, tanto da comunidade acadêmica quanto dos seus gestores. Os próprios membros da CPA também ainda discutem o papel da Comissão, e as suas formas de atuação. Entendemos que esta dificuldade é natural pela falta de cultura avaliativa na Universidade, apesar das avaliações que ocorreram anteriormente.

10. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

10.1 POLÍTICAS DE SELEÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UFPE

Quanto à seleção, pode-se dizer que existem duas formas de ingresso nos cursos de graduação da UFPE: via vestibular e via ingresso extravestibular. Através deste processo, condições especiais de acesso têm sido oferecidas no ingresso via vestibular desde o ano de 2006, com um bônus de 10% na nota final para os alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Este bônus busca favorecer a inclusão social na Universidade. No interior, nos *Campi* de Caruaru e Vitória, são beneficiados os candidatos de escolas públicas e particulares que cursaram todo o Ensino Médio em estabelecimentos de ensino do interior de Pernambuco. Esta medida busca favorecer o aluno do interior, para evitar que os candidatos se desloquem do Recife, dada a proximidade.

O Centro de Ciências Exatas e da Natureza instituiu ainda a terceira etapa para os cursos daquele Centro. Nesta etapa os alunos passam um semestre cursando duas disciplinas, uma de estatística e uma de matemática. Ao final deste semestre são selecionados os trinta alunos de cada curso, pelo ordenamento das médias alcançadas. Esta terceira etapa tem favorecido aos alunos de escola pública que, pior colocados no exame vestibular se classificam entre os trinta na terceira fase.

O Ingresso extra vestibular é uma política de diminuição das vagas ociosas e, ao mesmo tempo, uma política de permanência do aluno na Universidade, uma vez que permite que o aluno reorienta a sua escolha profissional. Da mesma forma é uma política de permanência a terceira etapa do vestibular do CCEN, pois ficam para concluir os cursos apenas aqueles que de fato têm talento e vocação.

Quanto à política de permanência do estudante da UFPE, destaca-se que há instâncias na universidade de concessão de bolsas de ensino, pesquisa e extensão. A instância de concessão depende da bolsa específica de que se esteja tratando, da PROACAD, da PROPESQ, da PROPLAN ou da PROEXT.

Também há instâncias que favorecem a participação dos estudantes em eventos, assim como existem programas de mobilidade e intercâmbio. Qualquer um destes programas está baseado em normas e critérios previamente estabelecidos e tornados públicos, através dos editais.

Há políticas claras de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes, que são as bolsas de iniciação científica concedidas para alunos de graduação. Estas bolsas são dependentes da aprovação de um sub-projeto vinculado a um Projeto de pesquisa de um professor. As relações entre os dois Projetos precisam estar muito bem definidas.

Também há políticas de incentivo para a criação de empresas juniores e incubadoras, através da DINE (Diretoria de Inovação e Empreendedorismo) da PROPESQ. Muito embora se deva ressaltar que esta é uma iniciativa recente, de forma que a legislação e os direitos e deveres destes ainda estão a ser definidos.

Os estágios são coordenados pela PROACAD, através da Coordenação de Apoio Acadêmico. Esta Coordenação realiza o controle das bolsas e dos estágios curriculares e extracurriculares. No caso destes últimos, a PROACAD atende e orienta as empresas para formalização dos termos de Convênio; providencia o encaminhamento para o seguro de acidentes pessoais referente a estes alunos; registra semestralmente o levantamento e acompanhamento dos alunos; identificar junto às Empresas conveniadas as disponibilidades de vagas oferecidas para o encaminhamento juntos as coordenações de cursos.

No que se refere aos convênios, estes são coordenados pela Cooperação Internacional, Assessoria da Reitoria. Atua na elaboração de acordos internacionais mantidos pela UFPE e na orientação de alunos e professores que buscam informações sobre opções e procedimentos necessários para realizar estudos no exterior. Entre as suas funções está a de divulgar para a comunidade universitária da UFPE as oportunidades de intercâmbio acadêmico/estudos no exterior.

10.2 POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

Existem políticas diferenciadas de participação dos alunos em atividades de ensino, iniciação científica, extensão e atividades de intercâmbio estudantil. Estas políticas, assim como os órgãos da Universidade que a fomentam, encontram-se descritas nas questões seguintes.

Quanto à avaliação institucional, existe também uma política direcionada para a participação do estudante. São 12 os estudantes que compõem a CPA, um representando cada Centro Acadêmico da Universidade (inclusive os Centros Acadêmicos do Interior).

Em qualquer uma delas, entretanto, deve-se salientar que a participação se dá através de assento nos diversos órgãos colegiados da Universidade: colegiado do curso; pleno do departamento; conselho departamental; câmaras de ensino, pesquisa e extensão; conselho universitário; entre outros.

Alguns cursos realizam a avaliação do docente pelo discente, avaliação direcionada para cada disciplina. Mas esta não é ainda uma política institucional, a qual está sendo construída dentro da PROACAD de forma conjunta com a CPA.

10.3 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Não existe a avaliação do desempenho acadêmico de forma sistematizada na UFPE. Existe o cálculo dos indicadores, em alguns casos, mas não o seu acompanhamento tendo em vista estabelecer uma política de ensino. A média geral, por exemplo, é um indicador de desempenho utilizado para diferentes fins, mas não é acompanhado de forma sistemática tendo em vista a avaliação do desempenho do aluno da universidade.

Todavia, deve-se destacar que a UFPE concede a láurea acadêmica, uma avaliação de desempenho que premia o aluno de maior média entre os que não realizaram nenhum exame final durante a vida acadêmica. Ainda, desde 2003 existe um índice que ranqueia o aluno, para fins de definição de vaga em disciplinas com superlotação, e fora do semestre. Este índice, além da média e de outras variáveis, considera o número de reprovações por falta do aluno de forma negativa no *ranking*. Os indicadores de evasão e retenção estão em fase de estudo.

10.4 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Não existe ainda na Universidade um sistema de acompanhamento de egressos, apenas um embrião iniciado em 2005 com estímulo do pelo SINAES. Naquela época foi criado um banco de dados com os alunos concluintes da Universidade, com os quais se realizou uma pesquisa piloto para identificação das perspectivas profissionais do formando da UFPE.

As principais características foram seguintes: 61% dos formandos eram mulheres; 84% solteiros; 39% haviam recebido algum auxílio financeiro da Universidade; 84% não havia feito outro curso; 51% entre 24 e 27 anos; 86% pretendia fazer pós-graduação, sendo que 64% se mostrou interessado em procurar a própria UFPE; 89% acreditava que havia desenvolvido capacidade de desempenhar funções profissionais; apenas 8% considerava o conhecimento da graduação insatisfatório; 84% pretendia continuar na área de trabalho; 62% não tinha proposta de trabalho em vista; 55% desejava fazer concurso público.

Temos hoje cadastrados no sistema Sig@, na condição de egressos formados, 30.898 ex-alunos.

10.5 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Tem havido um grande crescimento do número de alunos assistidos no âmbito da UFPE, seja na forma de bolsa, seja na forma algum tipo de assistência complementar (auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação). Em 2009, em política de assistência estudantil, a UFPE realizou gastos de mais sete milhões de Reais e em 2010 foram de mais de dez milhões de Reais.

A TABELA 10.1 traz informações sobre o valor concedido a bolsas com recursos do orçamento da UFPE. Observa-se que o valor gasto total da UFPE com bolsas e auxílios dobrou no período compreendido entre os anos de 2004 e 2010.

TABELA 10.1 - Valor total concedido por tipo de bolsa - 2004 a 2010 (R\$ 1.000,00)

TIPO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 Graduação	2.514	2.740	3.169	3.786	4.640	5.463	6.296
1.1. Assistência Estudantil	898	1.030	1.116	1.154	1.215	1.389	2.050
Manutenção Acadêmica	898	1.030	1.116	1.154	1.215	1.389	2.050
1.2. Acadêmicas	753	700	997	1.250	1.603	1.496	1.824
Monitoria	391	324	561	776	949	875	1.050
Iniciação Científica	150	192	252	275	320	342	348
Extensão	136	175	184	199	334	279	426
1.3. Apoio Administrativo	863	1.010	1.056	1.382	1.822	2.578	2.422
Apoio Acadêmico	179	182	184	286	337	354	408
Apoio à Proacad	100	99	97	102	95	100	32
Apoio à Extensão	36	40	45	49	51	73	76
Desenvolvimento Profissional	548	689	730	945	1.339	2.051	1.906
2. Pós-graduação	-	-	280	339	383	428	196
Mestrado	-	-	-	-	-	-	-
Doutorado	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras bolsas ou auxílios	195	248	72	143	145	680	2.858
TOTAL sem Reuni	2709	2988	3521	4268	5168	6.571	9.350
4. REUNI	-	-	-	-	357	738	984
TOTAL	2.709	3.226	3.691	4.122	5.274	7.309	10.334

Fonte - PROPLAN/UFPE

10.6 AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

A política de acompanhamento de egressos não teve continuidade a partir de 2005 e, por este motivo, informações importantes como a empregabilidade dos egressos da UFPE ou a participação dos mesmos na vida da Instituição não estão disponíveis para análise. Da mesma forma não existem ainda mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição. Há uma previsão para 2011-2012 para ser realizada uma pesquisa visando identificar a situação atual dos egressos no mercado de trabalho e de que forma o currículo do curso contribuiu para sua formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Não existe uma conduta estimulada de revisão e organização dos processos de ensino-aprendizagem, tendo em vista os resultados alcançados pelos alunos. Existem, entretanto, iniciativas individuais de alguns cursos. Ressalte-se, como uma destas iniciativas, a da criação da terceira etapa do vestibular para os cursos do CCEN. Esta iniciativa resultou da identificação, para aqueles cursos, de uma grande evasão. A terceira etapa do vestibular permite que sejam selecionados os alunos com maior interesse nos cursos; assim como, e isto tem sido uma grata surpresa, tem permitido que alunos do ensino público alcancem melhores posições. Este resultado tem sido interpretado como uma oportunidade de qualidade que se tem dado ao aluno oriundo de escola pública, que a agarra de forma determinada.

A unificação dos vestibulares das engenharias também foi uma iniciativa que se deu tendo em vista a correção de problemas encontrados com o desempenho dos alunos nos cursos. Esta iniciativa, entretanto, ainda não pode ser avaliada em seus resultados, pois se iniciou em 2008.